

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL UHE TELES PIRES

P.42 – Programa de Educação Ambiental

Relatório Final – 1ª Fase do Programa (Revisão 1)

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA			
INTEGRANTES	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA	ASSINATURA
Ana Maria Iversson	DRT 280/84	460134	
Márcia Eliana Chaves	DRT 979/87	2492389	
Ana Paula Malavazi	-	5440342	
Flaviane F. de Faria Freitas	CREA 5062872490	5207842	
Pedro Ivo Reginatto de Wallau	CREA 1208974165	5440250	
Luísa Gouvêa Prado	-	5098643	

Abril - 2012

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. METODOLOGIA	6
2.1 Equipe de Trabalho	6
2.2 Públicos-alvo	6
2.3 Elaboração de Material e Organização das Atividades de Diagnóstico Rápido Participativo	8
2.4 Cronograma de Atividades de Diagnóstico Rápido Participativo	8
2.5 Estrutura das Oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo	10
2.6 Reuniões e Entrevistas Estruturadas.....	13
2.7 Retorno para a Comunidade	13
3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP)	14
3.1 Caracterização do Município de Jacareacanga	14
3.1.1 Resultados do DRP.....	16
3.2 Caracterização do Município de Alta Floresta	18
3.2.1 Resultados do DRP.....	20
3.3 Caracterização do Município de Paranaíta	23
3.3.1 Resultados do DRP.....	25
4. DEFINIÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	31
5. PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	40
5.1 Projeto I – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável Direcionado a População da All.....	40
5.1.1 Justificativa.....	40
5.1.2. Objetivo	41
5.1.3 Objetivos Específicos	41
5.1.4 Metodologia	41
5.1.5 Descrição das Ações, Metas e Indicadores de Acompanhamento	42
5.1.6 Cronograma de Atividades	45
5.1.7 Equipe Técnica.....	46
5.1.8 Avaliação	46
5.2 Projeto II – Projeto de Gestão dos Resíduos Sólidos	46
5.2.1 Justificativa.....	46
5.2.2 Objetivo	48
5.2.3 Objetivos Específicos	48
5.2.4 Metodologia	49
5.2.5 Descrição das Ações, Metas e Indicadores de Acompanhamento	50

P. 42 Programa de Educação Ambiental

5.2.6 Cronograma de Atividades.....	51
5.2.7 Equipe Técnica.....	51
5.2.8 Avaliação.....	51
5.3 Projeto III - Educação Ambiental nas Escolas.....	52
5.3.1 Justificativa.....	52
5.3.2 Objetivo Geral.....	53
5.3.3 Objetivos Específicos.....	53
5.3.4 Metodologia.....	54
5.3.5 Descrição das Ações, Metas e Indicadores de Acompanhamento.....	56
5.3.6. Cronograma de Atividades.....	61
5.3.7 Equipe Técnica.....	62
5.3.8 Avaliação.....	62
6. CONSIDERAÇÕES SOBRE OUTRAS DEMANDAS.....	63
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
ANEXOS.....	71
Anexo 1 - Modelo dos Convites.....	72
Anexo 2 - Fichas Relatório das Oficinas, Entrevistas e Reuniões de DRP.....	73
Anexo 3 - Quadro Temático dos Pontos Positivos e Negativos do Município e/ou Comunidade.....	74
Anexo 4 - Lista de Presença das Atividades de DRP.....	75
Anexo 5 - Registro Fotográfico.....	76

P. 42 Programa de Educação Ambiental

1. INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica (UHE) Teles Pires está sendo construída no rio Teles Pires e formará um reservatório com espelho d'água de 137 km² na cota 220 metros (Nível Máximo Normal), ocupando áreas dos municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA). O projeto da UHE Teles Pires prevê a geração de 890,7 MW médios de geração de energia e 1.820 MW de potência instalada.

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires, responsável pelo empreendimento, tem iniciado suas atividades de construção da usina desde agosto de 2011 quando obteve a licença de instalação do órgão ambiental competente LI N° 818/ 2011, emitida em 19 de agosto de 2011 pelo IBAMA.

Durante a fase de instalação do empreendimento, a empresa possui o compromisso de desenvolver os programas ambientais contemplados no Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Teles Pires. O PBA consolida uma série de medidas para prevenção, mitigação e compensação dos impactos ambientais potenciais identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, organizados em 44 Planos e Programas Ambientais.

O Programa de Educação Ambiental (PEA) é um dos programas integrantes do PBA (P.42) classificado no bloco de Programas de Apoio ao Plano de Gestão Ambiental. As atividades do Programa de Educação Ambiental serão desenvolvidas na Área de Influência Direta (AID) e nos municípios da Área de Influência Indireta (AII), que são Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga.

São objetivos desse programa:

- preparar a população afetada pelo empreendimento para participar do processo de controle social e para ter participação ativa no licenciamento ambiental;
- estabelecer um vínculo de participação da população com as orientações sobre a adequada utilização das áreas do reservatório e seu entorno;
- contribuir para a melhoria da qualidade ambiental da AID;
- estimular o desenvolvimento de uma postura ecológica individual e coletiva;
- disponibilizar para a população informações relativas às características ambientais da região, e outros.

O público-alvo do Programa de Educação Ambiental inclui a população da AID (proprietários de terras, proprietários de pousadas, donos de balsas de garimpo e de balsa de travessia, pescadores, garimpeiros e residentes) e AII do empreendimento, incluindo representantes das administrações municipais de Jacareacanga, Paranaíta e Alta Floresta, representantes do *trade* turístico da região, e entidades representativas da sociedade civil organizada (ONGs, associações e outros).

A proposta de metodologia apresentada no P.42 - Programa de Educação Ambiental, inclui a realização de Diagnóstico Rápido Participativo junto aos públicos-alvo do programa e a

P. 42 Programa de Educação Ambiental

formulação de projetos de Educação Ambiental numa primeira etapa, e a implementação desses projetos numa etapa posterior. O programa também estabelece que os projetos de Educação Ambiental devem atender a duas linhas de ação: **Linha A** – Fortalecimento da participação e controle social, com vistas à redução de conflitos, e **Linha B** – Percepção, gestão e convivência com as alterações ambientais introduzidas pela formação do reservatório e pelo novo ordenamento territorial do entorno.

Dentro deste contexto, a JGP Consultoria e Participações Ltda foi contratada pela Companhia Hidrelétrica Teles Pires para executar a primeira etapa do Programa de Educação Ambiental. O presente relatório apresenta a descrição das atividades realizadas e os resultados da primeira fase do programa que consistiu na realização do Diagnóstico Rápido Participativo e na formulação de Projetos de Educação Ambiental.

No período de 03 a 23 de novembro de 2011 foram realizadas 12 oficinas, 02 reuniões e diversas entrevistas estruturadas de Diagnóstico Rápido Participativo, abrangendo os públicos-alvo do programa dos três municípios da AII do empreendimento: Jacareacanga/PA, Alta Floresta/MT e Paranaíta/MT. As atividades de Diagnóstico Rápido Participativo tiveram como objetivo principal identificar as demandas socioambientais da região e os principais temas que poderiam ser abordados em Projetos de Educação Ambiental futuros, sendo esse processo desenvolvido com a participação da população envolvida.

A partir dos resultados das atividades de Diagnóstico Rápido Participativo, foi formulada e proposta a execução de três Projetos de Educação Ambiental: Projeto I - Oficinas e palestras de caráter informativo / Cursos técnicos, Projeto II - Gestão de resíduos sólidos e Projeto III - Educação ambiental nas escolas, conforme detalhado na **Seção 5.0** deste relatório.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

2. METODOLOGIA

A primeira etapa do Programa de Educação Ambiental foi desenvolvida a partir de atividades de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Nesse trabalho, o DRP consistiu em reuniões participativas nas quais foram coletadas e analisadas informações, percepções e temas gerados para subsidiar o processo de identificação de pontos positivos e negativos em relação ao meio ambiente, à comunidade e ao município.

A partir da participação da população definida como público-alvo, pretendeu-se que as atividades de DRP's contribuíssem para um processo de mobilização social, promovendo a participação da população no processo de identificação de oportunidades de projetos de educação ambiental, assim como, envolver essa população nas etapas futuras do Programa de Educação Ambiental.

O Diagnóstico Rápido Participativo foi desenvolvido por meio de de três instrumentos:

- Oficinas;
- Reuniões estruturadas;
- Entrevistas semi-estruturadas.

2.1 Equipe de Trabalho

A equipe técnica executora das atividades foi composta por três sociólogos, um geólogo e uma engenheira agrícola.

A equipe foi preparada de modo a garantir o bom andamento das atividades de DRP, sendo reponsabilidade dos membros da equipe facilitar o processo, organizar, analisar e apresentar a informação de forma clara e compreensível, levando em consideração as particularidades dos públicos envolvidos.

2.2 Públicos-alvo

Foram definidos como públicos-alvo do P.42 - Programa de Educação Ambiental:

- População que mora e será afetada pela formação do reservatório e que deverá ser indenizada, ou realocada/reassentada;
- Proprietários de terras, pousadas e de balsa de travessia;
- Donos de balsas de garimpo e garimpeiros;
- Pescadores;
- População da All: representantes das administrações municipais, representantes do *trade* turístico da região, professores das redes de ensino municipal e estadual, crianças e adolescentes e entidades representativas da sociedade civil organizada (ONGs, associações e outros), turistas e pessoas que praticam a pesca esportiva na região.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Inicialmente, foi feito o levantamento de potenciais participantes das atividades de DRP. Utilizando-se do cadastro socioeconômico anexado ao P.40 do PBA (Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População), de informações contidas no Estudo de Impacto Ambiental e de outros dados fornecidos pela CHTP, foi possível obter uma lista de pessoas e de associações e os respectivos contatos. O levantamento de informações sobre as administrações municipais foi feito a partir de pesquisa em internet em sites oficiais dos municípios.

A Figura 2.2.a apresenta de forma ilustrativa todos os públicos foco das atividades de DRP.

Figura 2.2.a
Públicos-alvo das atividades de Diagnóstico Rápido Participativo



Através de contato telefônico foram pré-agendadas reuniões e oficinas com o poder público dos municípios de Ata Floresta, Jacareacanga e Paranaíta e com os representantes das organizações sociais. Em campo, foi feito contato pessoal prévio às atividades de DRP com representantes da Colônia de Pesca Z-16 de Alta Floresta, Associação de Garimpeiros de Alta Floresta, Associação de Pesca Esportiva de Paranaíta, Associação de Pesca Esportiva de Alta Floresta e Associação dos Atingidos por Barragens de Paranaíta. Nesse momento discutiu-se com os representantes qual seria a melhor data, horário e local para realização das oficinas,

P. 42 Programa de Educação Ambiental

assim como, obteve-se a lista dos associados. Posteriormente, foram entregues convites aos associados e demais participantes das oficinas de DRP. Os modelos de convites confeccionados e entregues são apresentados no **Anexo 1**.

2.3 Elaboração de Material e Organização das Atividades de Diagnóstico Rápido Participativo

Para condução das atividades de DRP foram adotados elementos próprios de técnicas de DRP. Foi feita uma adaptação do método “FOFA” (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e da técnica “Metaplan” durante o processo de formulação dos Projetos de Educação Ambiental.

Foram planejadas diferentes atividades de DRP para cada público-alvo, conforme especificidades de cada grupo. No momento de preparação das atividades de DRP, a equipe levou em consideração as particularidades de cada público-alvo, como possíveis barreiras culturais e linguísticas, quais ferramentas seriam mais adequadas aos diferentes tipos de participantes e quais características compartilhadas por esses públicos.

As oficinas de DRP foram organizadas de modo a atender um maior número de participantes, sem no entanto ultrapassar um número médio de 25 a 30 pessoas. A duração das oficinas variou entre 2, 3 e 4 horas conforme demanda de cada público-alvo.

Complementarmente as oficinas, foram planejadas reuniões e entrevistas estruturadas.

Essa etapa incluiu também o planejamento dos recursos materiais e elaboração de material didático e informativo. Os seguintes materiais didáticos e de apoio às atividades de DRP foram utilizados:

- Apresentação em PowerPoint dos objetivos do DRP e informações sobre o empreendimento;
- Disponibilização de mapas de localização do empreendimento e do reservatório;
- Listas de presença;
- Fichas de preenchimento de questões e informações;
- Questionários para entrevistas semi-estruturadas;
- Roteiro de reuniões.

2.4 Cronograma de Atividades de Diagnóstico Rápido Participativo

No período de 03 a 23 de novembro de 2011 foram realizadas 12 oficinas, 02 reuniões e 13 entrevistas estruturadas para elaboração de Diagnóstico Rápido Participativo, abrangendo os públicos-alvo definidos no programa de educação ambiental para os três municípios da AII do empreendimento: Jacareacanga/PA, Alta Floresta/MT e Paranaíta/MT. O registro fotográfico das atividades realizadas são apresentados no **Anexo 5**.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

As tabelas a seguir apresentam informações sobre as atividades de DRP realizadas em cada um dos municípios.

Tabela 2.4.a

Informações sobre as atividades de DRP realizadas em Jacareacanga

Município de Jacareacanga

Público-alvo	Atividades	Data	Número de participantes
Poder Público – prefeito e representantes das secretarias	Oficina	08/11/2011	27
Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Assuntos Indígenas - Secretários	Reunião estruturada	08/11/2011	2
Sociedade Civil (Organizações, associações, entidades)	Oficina	09/11/2011	13
Vereadores de Jacareacanga	Reunião estruturada	09/11/2011	8

Tabela 2.4.b

Informações sobre as atividades de DRP realizadas em Alta Floresta

Município de Alta Floresta

Público-alvo	Atividades	Data	Número de participantes
Poder Público – prefeito e representantes das secretarias	Oficina	11/11/2011	15
Pescadores Profissionais (colônia Z16 e outros) e Pescadores esportivos (APEPA)	Oficina	11/11/2011	17
Proprietário da Pousada Pontal	Entrevista estruturada	13/11/2011	1
Representante da Cooperativa de pescadores - Cooperalfa	Entrevista estruturada	14/11/2011	1
Proprietário da Pousada Portal da Amazônia (escritório em Alta Floresta)	Entrevista estruturada	14/11/2011	1

Tabela 2.4.c

Informações sobre as atividades de DRP realizadas em Paranaíta

Município de Paranaíta

Público-alvo	Atividades	Data	Número de participantes
Moradores, comerciantes, trabalhadores e garimpeiros da Balsa do Cajueiro	Entrevista estruturada	12/11/2011	6
Poder Público – prefeito e representantes das secretarias	Oficina	17/11/2011	7
Pescadores Profissionais, Pescadores esportivos (APEP) e Proprietários de Ilha	Oficina	17/11/2011	24
Pais, alunos e professores da escola Getúlio Vargas (moradores da ADA)	Oficina	18/11/2011	23
Proprietários de terras da Área Diretamente Afetada (ADA)	Oficina	18/11/2011	13
Comunidade Rio Jordão - Assentamento de São Pedro	Oficina	19/11/2011	15
Moradores de Ilhas e entorno do Rio Teles Pires	Entrevista estruturada	20/11/2011	4
Proprietários de balsas de garimpo, balsa de travessia,	Oficina	21/11/2011	12

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Tabela 2.4.c

Informações sobre as atividades de DRP realizadas em Paranaíta

Município de Paranaíta

Público-alvo	Atividades	Data	Número de participantes
pousadas flutuantes, garimpeiros e comerciantes do Cajueiro			
Educadores das escolas E.E. Dr. Mario Correa e E.E. Juscelino Kubitschek	Oficina	23/11/2011	17
Educadores da Escola Estadual João Paulo e Conselho Deliberativo da comunidade escolar (CDCE)	Oficina	23/11/2011	23

2.5 Estrutura das Oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo

Uma descrição detalhada das atividades desenvolvidas em cada oficina é apresentada nas Fichas relatório contidas do **Anexo 2**. De uma maneira geral, as oficinas foram organizadas em seis etapas principais, mas ocorreram algumas variações de acordo com as necessidades de cada público-alvo, conforme descrito a seguir.

1) Apresentação das atividades

Breve apresentação do empreendimento, dos mediadores, das atividades e objetivos do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP e os públicos envolvidos. Foi esclarecido que a realização do DRP correspondia à primeira etapa de desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental e que o resultado desse DRP subsidiaria a elaboração dos projetos de educação ambiental mais adequados e selecionados com a participação dos diferentes públicos-alvo.

Foi utilizada apresentação em powerpoint contendo textos breves e figuras ilustrativas que auxiliaram durante a condução da apresentação.

Durante as oficinas foi mencionado que existem outros programas do PBA que se relacionam com o Programa de Educação Ambiental, tais como, o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA), Programa de implantação da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório, e, também um programa solicitado pela Agência Nacional de Águas - ANA no processo de licenciamento ambiental que é o Programa de Gerenciamento e Controle de Usos Múltiplos do Reservatório. Nas atividades de DRP com representantes do poder público, esses programas foram brevemente apresentados.

2) Apresentação dos participantes

No início das oficinas foi solicitado aos participantes que eles se apresentassem dizendo nome e atuação. Foi também utilizada técnica de dinâmica de grupo diferenciada durante oficinas com público infantil e jovem.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Esse primeiro contato possibilitou o conhecimento entre os participantes contribuindo com a comunicação entre os envolvidos e preparo para as demais atividades.

3) Levantamento do mapa local

A atividade teve como objetivo contribuir para a definição e ampliação da visão dos participantes quanto ao meio ambiente em que vivem, possibilitando a exposição e integração de diferentes percepções e pontos de vista. A técnica de fazer o levantamento do mapa também funcionou como aquecimento e “quebra gelo”, permitindo o envolvimento de maior número de participantes nas atividades da oficina.

Nesta etapa, inicialmente foi apresentada uma definição e entendimento sobre meio ambiente. Em seguida, foi solicitado que os participantes citassem o que havia no meio ambiente em que vivem. Todas as citações foram anotadas em painéis para melhor visualização e memorização. O papel exercido pela equipe técnica foi o de registro e mediação no desenrolar da construção do mapa regional.

Nas oficinas com alunos da Escola Getúlio Vargas e com moradores da Comunidade Rio Jordão / Assentamento São Pedro foi solicitado que os participantes desenhassem um mapa da região em que vivem.

4) Identificação dos pontos positivos e dos pontos negativos

A atividade teve como objetivo estimular os participantes a pensar na situação real do seu município e/ou comunidade, quanto aos aspectos positivos e negativos, possibilitando expor as diferentes percepções do grupo e, desta maneira, contribuir para ampliação da percepção dos participantes em relação ao seu próprio meio.

A atividade foi formada em duas etapas:

- Levantamento de pontos negativos e positivos: a técnica adotada na maioria das oficinas consistiu na distribuição de tarjetas brancas e canetas nas cores vermelha e azul para que os participantes individualmente indicassem aspectos positivos e potencialidades da região (na cor azul) e aspectos negativos e demandas da região (na cor vermelha). Para estimular e ampliar as considerações do grupo, os mediadores orientaram que fossem considerados aspectos relacionados a diversos temas, dentre os quais, qualidade de vida, atividades econômicas, lazer, organização social, aspectos culturais e participação nas questões políticas;

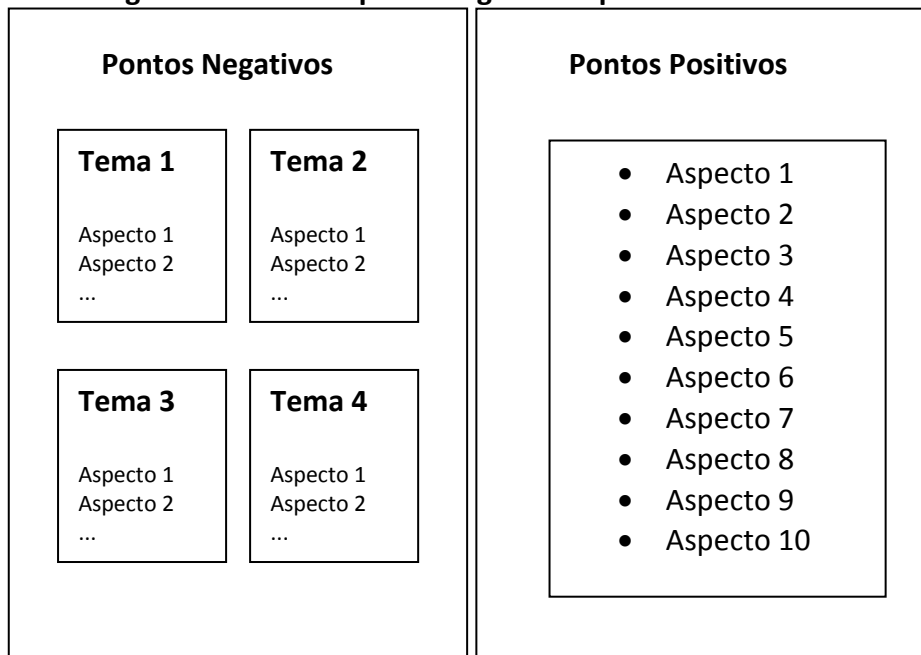
Em algumas oficinas, não foram utilizadas tarjetas, e a técnica consistiu no levantamento dos aspectos positivos e negativos em grupo. Foi solicitado que os participantes citassem o que consideravam positivo e negativo no município e/ou comunidade e as informações foram organizadas em cartazes fixados nas paredes.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

- Apresentação aos participantes dos aspectos positivos e negativos levantados individualmente: os aspectos positivos e negativos registrados nas tarjetas foram lidos para conhecimento de todos. Os mediadores escreveram em painéis separados os aspectos positivos e negativos para visualização de todos. Em algumas oficinas os aspectos negativos foram agrupados por temas, conforme representação da Figura 2.5.a, a seguir.

Figura 2.5.a

Forma de apresentação dos resultados da atividade de levantamento de aspectos positivos e negativos do município ou região em que vivem



5) Buscando soluções

Esta atividade consistiu em levantar possíveis práticas relacionadas ao meio ambiente que poderiam ser usadas na elaboração dos projetos/ações do Programa de Educação Ambiental, visando reunir o máximo de idéias e soluções possíveis.

Na maioria das oficinas, esta atividade foi realizada em grupos, possibilitando que os participantes pensassem e apresentassem um conjunto de possíveis soluções para os problemas levantados.

No final todas as soluções e idéias foram apresentadas e anotadas em painéis disponíveis para visualização dos participantes.

6) Levantamento de expectativas

Esta atividade visava identificar as principais expectativas e dúvidas dos públicos-alvo em relação ao empreendimento, gerando material para a promoção de futuros

P. 42 Programa de Educação Ambiental

esclarecimentos, e também, gerando informações a serem consideradas durante a formulação dos projetos.

Na maioria das oficinas as expectativas foram citadas pelos participantes nos momentos de discussão proporcionados no decorrer das atividades. Em alguns casos, no final das oficinas, reservava-se um tempo para exposição e discussão sobre as expectativas do grupo em relação às novas condições sociais e ambientais advindas com a implantação da UHE Teles Pires.

2.6 Reuniões e Entrevistas Estruturadas

Foram realizadas reuniões com o poder público executivo e legislativo de Jacareacanga e entrevistas conforme descrito nas Fichas relatório do **Anexo 2**.

Entrevistas estruturadas foram aplicadas com moradores e trabalhadores da região do Cajueiro, garimpeiros, pescadores e também, com proprietários de pousadas da Área Diretamente Afetada (ADA). As entrevistas foram orientadas por questionários previamente elaborados com questões abertas.

2.7 Retorno para a Comunidade

As oficinas e reuniões trouxeram muita informação e expectativa dessa população consultada. Os assuntos expostos foram bem diversos e os participantes demonstraram muita necessidade de serem ouvidos e de exporem suas idéias. Os temas mais abordados e mais relacionados com a educação ambiental foram selecionados e embasaram a elaboração dos projetos de educação ambiental propostos nesse trabalho.

Em muitas reuniões e oficinas os participantes mencionaram que qualquer tema colocado nessa atividade teria grande importância para ter continuidade nesse programa. No entanto foram selecionados aqueles que mais obtiveram a adesão dos participantes.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP)

A seguir é apresentado um breve contexto histórico e características socioeconômicas dos municípios da All, elaborado a partir de informações do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Projeto Básico Ambiental – PBA do empreendimento, acrescido de dados primários obtidos durante as atividades de DRP, conforme apresentado no **Anexo 2** - Fichas relatório das oficinas, entrevistas e reuniões de DRP e **Anexo 3** - Quadro temático dos pontos positivos e negativos do município e/ou comunidade.

3.1 Caracterização do Município de Jacareacanga

Contexto histórico e demográfico

O município de Jacareacanga localiza-se à margem esquerda do rio Tapajós na microrregião Itaituba no Estado do Pará. A cidade-sede é distante de Belém (capital do Estado) cerca de 1.120 km em linha reta.

Em 1626 iniciou o processo de ocupação da região de Itaituba, e em 1812, a região se tornou um centro de exploração e comércio de especiarias na região do Alto Tapajós. Relatos históricos apontam que desde o início do processo de ocupação já havia aldeias indígenas na região. A descoberta de ouro no século XX (1950) juntamente com o a abertura das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163) causaram intenso movimento migratório para a região.

A localidade de Jacareacanga deixou de ser um distrito do município de Itaituba em 1991. Atualmente, quase 60% do território municipal é composto por Terras Indígenas (Sai-Cinza, Kayabi, Munduruku, Kayabi GS) e 34% são áreas de Unidades de Conservação, conforme detalhado na **Tabela 3.1.a**.

Tabela 3.1.a. Distribuição da área do município de Jacareacanga

Área	Área (km ²)	Fonte
Três terras indígenas (Saicinza, Mundurukaniana e Kayabi)	31.553,22	FUNAI
Terras do Estado Maior das Forças Armadas – EMFA	6.844,53	Plano de Ordenamento Territorial
Floresta Nacional do Crepori	7.406,61	ICMBio
Floresta Nacional do Amana	1.223,25	ICMBio
APA Tapajós área 1	2.105,80	ICMBio
APA Tapajós área 2	741,08	ICMBio
Área fora das Unidades de Conservação	3.428,51	-
Área total do município	53.303,00	IBGE

Obs.: Informações contidas no Ofício N° 16/2011 da Câmara Municipal de Jacareacanga.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

O município de Jacareacanga apresentou intenso crescimento demográfico no período de 2000 a 2007, que passou de 22.078 habitantes em 2000 para 37.055 habitantes em 2007. Contudo, no período posterior (2007 a 2010) houve redução significativa do número de habitantes. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população total de Jacareacanga era de 14.103 pessoas. Jacareacanga apresenta população de 7.409 indígenas, número que representa 52,5% de sua população total (Fonte: DSEI Rio Tapajós, 2010).

Atividades econômicas

Conforme **Tabela 3.1.a**, apenas 6,4% da área total do município encontra-se fora de áreas de preservação, e, portanto, podem ser utilizadas para produção agropecuária. A economia do município de Jacareacanga é baseada em grandes fazendas dedicadas à pecuária extensiva e semi-extensiva. Diferentemente dos outros municípios da All, quase 94 % das propriedades de terras de Jacareacanga são de grande e médio porte.

A agricultura do município é relacionada a unidade familiar e/ou de subsistência. Cerca de 70% da área plantada do município é destinada ao cultivo de mandioca. Existem também áreas plantadas de arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, abacaxi, cacau, banana, café, coco, guaraná, pimenta do reino. Em Jacareacanga há também coleta e comercialização da castanha, lenha e madeira em tora.

Em Jacareacanga e nos demais municípios da All, a atividade pesqueira é fonte de renda para diversas famílias, além disso, a pesca sempre esteve associada à subsistência das comunidades ribeirinhas e das populações indígenas.

Infraestrutura

A sede urbana de Jacareacanga é interligada à BR-163 (Cuiabá-Santarém) pela BR-230 (Transamazônica). As estradas são de terra, e, portanto, apresentam condições ruins de trafegabilidade durante o período chuvoso.

O município conta com um número reduzido de estabelecimentos de saúde, composto por uma Unidade Básica de Saúde, um Posto de Saúde, uma Unidade de Vigilância em Saúde e uma Unidade Mista de Saúde, que funciona durante 24 horas por dia e realiza procedimentos de pronto atendimento, urgência e emergência e internações de curta duração.

Em relação à infraestrutura de educação, o município é provido de 56 escolas, dentre as quais uma é da rede estadual e as demais são da rede municipal.

Quanto ao saneamento básico, o município conta com rede de abastecimento de água e serviço de coleta de lixo que atendia 18 % das residências em 2010. Obras de construção do sistema de coleta e tratamento de esgoto encontravam-se em andamento no último trimestre de 2011. Essas obras estão sendo realizadas com investimentos do Governo Federal.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

3.1.1 Resultados do DRP

Em Jacareacanga foram realizadas duas oficinas e duas reuniões estruturadas. As oficinas foram feitas com representantes do poder executivo municipal e com representantes da sociedade civil (organizações, associações, entidades, educadores). As reuniões foram feitas com os secretários de assuntos indígenas e do meio ambiente e com o poder legislativo municipal.

Nas oficinas prevaleceram as colocações dos problemas mais emergentes que a administração municipal enfrenta, principalmente a questão maior do ponto de vista deles que foi a redução da população do município com a realização do censo demográfico de 2010. Essa redução se reflete diretamente nos repasses de recursos para os mais diferentes setores como saúde, educação e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Foi colocada também a dificuldade de construir equipamentos de educação, saúde ou mesmo de implantar serviços do governo federal ou estadual, uma vez que estes solicitam a cessão de espaços municipais para essa finalidade. Deixaram de receber posto do INSS, dos correios, porque não possuem prédios para cederem a esses serviços. A dificuldade está na legalização fundiária das terras municipais, principalmente definição da área urbana.

Em relação ao meio ambiente foram destacadas questões sobre resíduos sólidos – necessidade de coleta seletiva, necessidade de adequação do lixão para aterro sanitário, sobre recursos naturais – proteção de mananciais, legalização da atividade de garimpo, manejo sustentável, licenciamento ambiental, assim como a necessidade de trabalhar a conscientização ambiental da população, entre outros.

Várias questões foram apresentadas sobre dificuldades na área social como falta de capacitação e aperfeiçoamento profissional, disseminação de álcool, fumo e drogas, assim como a distancia geográfica que limita a comunicação do município com o governo estadual e com outros municípios vizinhos. Foi colocado que o município não possui alimentação de qualidade porque não há produtores de alimentos como legumes e hortaliças, restringindo a diversificação na alimentação.

Em relação à diversidade cultural entre indígenas e não indígenas foi colocada a necessidade de tratar a questão indígena como uma questão municipal, uma vez que mais da metade da população do município é composta por grupos indígenas, em sua maioria da etnia Munduruku.

Na reunião com os vereadores do município, em que dos nove integrantes do legislativo seis são indígenas, houve a manifestação da vontade de dialogar com a empresa CHTP para verificar como os indígenas poderiam se adequar e se beneficiar dos programas propostos pelo PBA em relação ao desenvolvimento sustentável da população e ao acompanhamento e busca de soluções conjuntas para os problemas locais. Eles têm problemas de alojamento dos índios quando estes vêm à cidade para tratamento médico ou mesmo para adquirir mercadorias e problemas de transporte terrestre, uma vez que muitas aldeias ficam distantes da cidade.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

A seguir são apresentadas outras informações coletadas.

Atividades econômicas

Durante o DRP foi relatado que, na região, continuam as atividades garimpeiras de exploração mineral, tanto pelos não indígenas como pelos indígenas. Contudo, a população enfrenta dificuldades para legalização dessa atividade. Há dificuldades, também, para obtenção de licença para exploração de minérios e para o manejo sustentável.

Segundo relatos dos participantes do DRP, faltam cursos de capacitação e de aperfeiçoamento profissional que viabilizem o desenvolvimento das atividades econômicas no município. Além disso, Jacareacanga apresenta dificuldades de escoamento da produção agrícola devido à localização e à precariedade das estradas de acesso à cidade-pólo mais próxima.

Na opinião dos participantes da DRP, a região apresenta ainda alto potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, contudo, não há incentivos para essa atividade.

Outros problemas levantados pela população do município em relação à economia local foram: falta de programa voltado para licenciamento ambiental, falta de apoio ao manejo florestal com impacto reduzido para as áreas indígenas e falta de incentivos para desenvolvimento da atividade pesqueira para fins econômicos.

Infraestrutura

Os principais problemas de infraestrutura do município levantados durante as atividades de DRP foram: transporte público precário, deficiência no serviço de limpeza pública, falta de pavimentação das ruas, falta de recursos na área de saúde, falta de água potável, delegacia mal estruturada, problemas com queda de energia elétrica, falta de porto fluvial, falta de mercado municipal, entre outros.

Há necessidade de legalizar o destino final do lixo local para um aterro adequado e a grande dificuldade do município é encontrar uma área para implantar esse aterro. Atualmente o lixão fica dentro da cidade. Ainda em relação ao meio ambiente foi colocada a dificuldade de monitoramento das áreas de risco pela defesa civil, uma vez que o município é grande e há áreas indígenas ao longo do Rio Tapajós que estão com grandes problemas de assoreamento na beira do rio.

Lazer, cultura e organização social

A diversidade cultural, principalmente devido à cultura indígena, foi citada pelos participantes das atividades de DRP como sendo um ponto positivo do município. Outros pontos fortes do município levantados foram a beleza natural, com a presença de praias, florestas, o Igarapé do Buriti (denominado também de *Somrisal*) e as plantas medicinais, e a existência de eventos festivos (evento “Jacaré Verão” e evento de aniversário de Jacareacanga). No entanto, foi

P. 42 Programa de Educação Ambiental

identificado que o município necessita de recursos e equipamentos destinados ao lazer e a cultura. Foi sugerido que o município em conjunto com a CHTP desenvolva projetos para a área indígena no campo do ecoturismo ou etnoturismo.

Na oficina com representantes do poder público, os participantes expuseram, de um modo geral, a necessidade de incluir as comunidades indígenas nas políticas públicas do município, já que este público está completamente inserido naquela sociedade e faz uso constante dos equipamentos disponíveis. Houve crítica à falta de desenvolvimento de políticas que incluam as questões indígenas e que considerem esta condição cultural peculiar do município de Jacareacanga, onde cerca de 50 % da população é indígena. Houve sugestão de realizar uma verificação das questões que tenham interface com o Programa de Educação Ambiental Indígena para que os programas sejam realizados de forma integrada.

Em relação à educação ambiental, foi identificada a falta de programas de conscientização da população sobre a importância da proteção dos mananciais e dos recursos naturais, coleta seletiva de lixo e também sobre as diferenças culturais (entre indígenas e não-indígenas). Também foram citados como pontos negativos do município: a falta do envolvimento da população nas questões políticas e questões indígenas e a falta de recursos para investir em políticas públicas.

3.2 Caracterização do Município de Alta Floresta

Contexto histórico e demográfico

Ao longo do processo de abertura da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), foram criados diversos núcleos de colonização por companhias particulares, que foi o caso de Alta Floresta. Em 1976 foi iniciada a construção da sede de Alta Floresta. A história do município é marcada por ciclos de atividades econômicas. Ainda na década de 70, a atividade garimpeira teve seu auge, atraindo muitos trabalhadores rurais para as atividades de garimpo. Com as dificuldades da falta de mão de obra, muitas áreas cultivadas foram queimadas pelos próprios donos, dando lugar às pastagens e a atividade pecuária. Após 1986, o garimpo entrou em decadência na região, tendo seu fim em 1990 quando ocorreu grande queda no preço do metal.

Na década seguinte houve um desenvolvimento de diversos pólos madeireiros, dos quais se originou um importante parque industrial de beneficiamento da madeira. Também emergiram atividades como beneficiamento de alimentos e insumos industriais (principalmente do algodão). No caso da indústria madeireira, frente à intensificação do controle e fiscalização sobre essa atividade, muitas empresas foram fechadas por irregularidades e outras diminuíram sua produção ou migraram para outras regiões, devido à elevação do preço da matéria-prima. Atualmente, a atividade econômica predominante é a pecuária. A ela se associaram atividades agroindustriais, com destaque para alguns frigoríficos de grande porte.

Alta Floresta é considerada a cidade pólo da região. O município conta com maior número e diversidade de recursos na área de saúde, educação, comércio, serviços e outros.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

O município de Alta Floresta possuía em 2010 uma população residente de 49.164, mantendo tendência de crescimento de sua base populacional desde 2000. Destaca-se que os períodos anteriores foram marcados pela alternância de atração e expulsão populacional, devido ao processo de ocupação e ao ciclo do ouro na região.

Atividades econômicas

Em relação à estrutura fundiária, Alta Floresta apresenta grande concentração de minifúndios, onde quase 62 % dos imóveis declarados eram inferiores ao módulo rural, ocupando 5,6 % da área total. A pecuária é predominante no município, sendo a principal atividade a cria, cria e engorda de gado bovino.

As lavouras temporárias com maiores áreas plantadas são de arroz, milho e soja. Também há plantações de mandioca, feijão, cana-de-açúcar e abacaxi. Entre as lavouras permanentes, destaca-se expressivamente a cultura de café. Outras culturas permanentes são o coco, o cacau, o palmito e o guaraná, registrando-se, ainda, pequena produção de pimenta-do-reino.

Quanto à extração vegetal, em Alta Floresta há representativa produção de madeira em tora. A produção de castanha e de lenha representou menor valor em 2006.

As atividades econômicas relacionadas ao Rio Teles Pires consistem na pesca comercial e no garimpo de ouro. A pesca comercial de Alta Floresta é organizada pela Colônia Z-16 de Pescadores Profissionais, cuja sede está localizada na cidade de Sinop.

A atividade pesqueira no Rio Teles Pires é permitida no período de março a novembro. No período de piracema (dezembro a fevereiro) os pescadores recebem seguro no período de defeso da pesca (novembro a fevereiro) e realizam outras atividades para complementar a renda, tais como, o garimpo e serviços gerais.

Quanto à atividade garimpeira a região de Alta Floresta caracteriza-se por realizar atividade de garimpo de ouro do tipo mergulho.

Dentre outras atividades destaca-se a atividade industrial e a atividade turística. Alta Floresta tornou-se o principal portão de entrada para acesso aos pontos turísticos naturais, com ambientes de Floresta Amazônica, associados a recursos hídricos sob a forma de rios e cachoeiras.

Infraestrutura

Alta Floresta tem ligação rodoviária a BR-163 (Cuiabá-Santarém) pela MT-208. O município conta com diversas rodovias estaduais (MT-010, MT-160, MT-206, MT-320, MT-325, MT-419). O município conta também com aeroporto que comporta aviões de grande porte e possui vôos comerciais diários.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

A área urbana de Alta Floresta conta com sistema de abastecimento de água (captação, tratamento e distribuição), serviços de coleta e tratamento de esgoto e serviços de coleta de lixo. O lixo coletado é destinado ao aterro sanitário do município.

O município conta também com pavimentação e rede de coleta de águas pluviais em cerca de 20 % da área urbana do município.

Alta Floresta é o município da AII com melhor infraestrutura de ensino, abrangendo escolas da rede pública e privada, de nível infantil, fundamental, médio e ensino superior. Das 37 escolas existentes, 8 localizam-se na área rural, dentre as quais 03 são de ensino fundamental e 05 de ensino fundamental e infantil.

Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Assistência à Saúde - CNES / SUS, em 2008 o município contava com 59 estabelecimentos de saúde, dentre os quais 25 eram de atenção primária: Unidades Básicas de Saúde e Equipes do Programa de Saúde da Família.

Em Alta Floresta há um Hospital Municipal Albert Sabin, que atende à população do município e região. Dentre os 152 leitos disponíveis no município de Alta Floresta em 2008, 52,6% são privados e 47,4% são públicos.

3.2.1 Resultados do DRP

No município de Alta Floresta foram realizadas duas oficinas e algumas entrevistas estruturadas. As oficinas foram realizadas com o poder público municipal e com pescadores profissionais e esportivos, estes acionados através das respectivas cooperativas. Houve a programação de uma oficina com os garimpeiros, mas eles não puderam comparecer porque ficaram retidos no rio com problemas de transporte naquele dia. Compareceu o presidente da cooperativa de que foi entrevistado e que posteriormente participou da oficina em Paranaíta.

Na oficina com o poder público municipal foi destacada a posição da cidade na região como cidade pólo e a boa qualidade de vida, a existência de poucos conflitos urbanos, trânsito fluente e organizado, boa quantidade de eventos culturais no centro, eventos esportivos programados, clubes atuantes em serviços, equilíbrio social, grande articulação entre clubes e associações com mobilização social em causas comuns.

Na oficina com pescadores profissionais houve intensa participação, com uma postura dos participantes voltada para necessidade de mudanças, mas preocupados com o destino da sua atividade profissional.

A maioria argumentou que não sabe fazer outra e, caso sua atividade não seja mais viável, terão graves problemas de sobrevivência. A maioria, no entanto, pesca nas proximidades da Balsa da Vaca Branca ou região Quinta Oeste, que fica à montante da Balsa do Cajueiro – Porto Aldeia, em Paranaíta, que será o ponto mais baixo do reservatório no Rio Teles Pires.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Algumas entrevistas foram realizadas na Balsa do Cajueiro, quando se pretendeu localizar garimpeiros que não haviam comparecido à oficina previamente programada em Alta Floresta. Foram feitas entrevistas com o proprietário do comércio existente nessa localidade, com um funcionário da empresa responsável pela balsa de travessia e com alguns garimpeiros que estavam transitando pelo local no momento da visita da equipe.

Esse grupo caracterizou-se pela simplicidade, falta de conhecimento sobre o empreendimento e preocupação com o futuro de suas atividades. A maioria dos entrevistados não possui escolaridade e alguns tinham dificuldade em repassar sua opinião para os entrevistadores. No entanto, foi possível registrar as principais preocupações em relação ao meio ambiente e ao futuro reservatório.

Atividades econômicas

Durante a oficina realizada com o poder público, alguns dos presentes afirmaram que os pescadores profissionais não têm interesse em desenvolver a piscicultura na região. Contudo, durante a oficina realizada com os pescadores profissionais, o público presente afirmou ter interesse em piscicultura, salvo considerações de que os peixes que podem ser criados em cativeiro não são muito procurados para venda na região e que estudos anteriores feitos por biólogos identificaram a instabilidade do rio (períodos de seca e cheia) como obstáculo à piscicultura. Entretanto, considerando que a realidade do rio será alterada com a implantação do reservatório, os pescadores afirmaram ter interesse em novos estudos para identificar a possibilidade desta atividade no local.

Os pescadores profissionais que participaram da DRP revelaram que sua atividade faz parte do seu modo de vida, que se compara à comunidades ribeirinhas, pois exercem atividades diversas, sazonais e sem muita regularidade. Grande parte desses pescadores vive na beira do rio ou nas ilhas fluviais de forma simples, fazendo uso freqüente da cidade para compras e atendimento à saúde. Eles reclamam de sua baixa renda, porém afirmam ter uma vida simples, mas satisfatória e tranquila. O público apresentou dúvidas e expectativas quanto ao uso do reservatório e uso da área futura de APP, assim como, manifestou preocupação com a impossibilidade de manutenção de seu modo de vida devido as diretrizes que serão impostas com a formação do reservatório da UHE Teles Pires.

A maior demanda apontada pelos pescadores profissionais consistiu na facilitação do processo de retirada da carteira profissional e de sua utilização, principalmente quando precisam utilizá-la para receber os direitos reservados a essa categoria de trabalhadores.

De acordo com relatos dos participantes da DRP, o município tem alto potencial para desenvolvimento de turismo ecológico, agropecuária e agricultura familiar. Contudo, o ecoturismo tem sido pouco desenvolvido e os incentivos a produção agrícola é restrito.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

A população entrevistada aponta que uma maior diversificação das atividades econômicas no município, incluindo a chegada de indústrias de grande porte, é um fator que poderia contribuir para o aumento das ofertas de emprego para a população local. A falta de acesso ao crédito e falta de apoio financeiro dos governos foram levantados como limitantes para o desenvolvimento das atividades econômicas do município.

Na opinião dos participantes da DRP, há falta mão-de-obra qualificada local no município. Uma das demandas é o oferecimento de cursos de capacitação e de especialização.

Infraestrutura

Alguns pontos positivos sobre a infraestrutura do município citados pelos participantes da DRP foram a existência de aeroporto, trânsito de veículos fluente e educação de boa qualidade. Por outro lado, a saúde pública do município foi apontada como precária, sendo o hospital municipal caracterizado como sem estrutura para atender as demandas.

Considerando a opinião da população que participou da DRP, as deficiências do município em relação à infraestrutura são referentes aos serviços de saneamento, falta de asfaltamento nas ruas, falta de sinalização turística, internet precária, e a falta de equipamentos de lazer, atividades culturais e eventos esportivos para jovens e para idosos.

Lazer, cultura e organização social

Segundo relatos dos participantes do DRP, Alta Floresta é considerada uma cidade tranquila, sendo considerada como ponto positivo a proximidade com a Floresta Amazônica e abundância dos recursos naturais provenientes dessa floresta. A existência de belezas naturais, rios, paisagem, plantas e animais exóticos e o baixo nível de poluição do ar são fatores que contribuem para a boa qualidade de vida da população local.

A atividade de pesca esportiva é organizada pela Associação dos Pescadores Esportivos de Alta Floresta – APEPA no período de março a novembro.

Segundo relatos de representantes do poder público, em Alta Floresta podem ser observadas ações de engajamento em educação ambiental e de uso consciente dos recursos naturais. Também foi relatado que o município se caracteriza por boa organização partidária e existência de clubes e conselhos municipais atuantes.

Em relação aos pontos negativos do município, foram citados: a falta de programas sociais que atendam aos diversos bairros, a falta de segurança, a falta de conscientização ambiental por parte da população e assoreamento do rio. Em relação à organização social e política, houve relatos também que é baixa a mobilização da população em questões políticas, falta apoio a organização social e falta união entre as parte políticas existentes.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

3.3 Caracterização do Município de Paranaíta

Contexto histórico e demográfico

Paranaíta foi distrito de Alta Floresta e obteve sua emancipação em 1986. Semelhante ao processo que ocorreu em Alta Floresta, o garimpo foi a principal atividade econômica de Paranaíta até 1990. O desenvolvimento da atividade agropecuária se deu posteriormente, bem como o da exploração madeireira, que teve crescimento significativo após 1990.

O caráter cíclico das atividades realizadas na região (exploração de ouro, agricultura e extrativismo mineral) implicou em fluxos migratórios instáveis, alternando atração e expulsão de contingentes populacionais.

Considerando a evolução da população no tempo, observa-se que houve uma tendência gradual de recuperação da base populacional em Paranaíta após 2000. O município teve forte atração migratória entre 1980 e 1991 motivada pela exploração do ouro, seguida de perda populacional, associada ao declínio dessa atividade. A população total de Paranaíta estava em torno de 10.684 pessoas segundo o Censo Demográfico 2010.

Atividades econômicas

Paranaíta apresenta maior diversificação, pois, apesar da presença largamente predominante das pastagens, abriga também alguns núcleos de pequenos produtores e intensa atividade madeireira. Em Paranaíta há representativa produção de madeira em tora. Também foi observada produção de castanha e de lenha segundo Censo Agropecuário de 2006.

Destaca-se a presença de imóveis de pequeno porte, que caracteriza o município com predomínio de minifúndio. A agricultura familiar e/ou de subsistência foi organizada em torno da produção de culturas tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca), da pequena pecuária leiteira e de algumas poucas culturas comerciais, como café, soja, cana-de-açúcar, abacaxi, coco, guaraná, palmito, banana e pimenta do reino.

Segundo informações do EIA, ao longo do Rio Teles Pires foram identificadas cinco pousadas flutuantes. Tais embarcações são usadas predominantemente para locação para turistas e pesquisadores, assim como para uso de lazer da família e amigos dos proprietários. O uso das pousadas é mais freqüente no período entre abril a outubro, uma vez que nesse período a pesca profissional e esportiva é permitida.

Na AID do empreendimento há uma balsa de travessia de pessoas, veículos, cargas agrícolas e mercadorias, denominada Balsa do Cajueiro – Porto Aldeia. Próximos ao local de atuação da Balsa Cajueiro estão instalados um bar e lanchonete com residência.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Infraestrutura

Paranaíta é cortada pelas rodovias MT-206 (Paranaíta – Alta Floresta), MT-208 e MT-416. As estradas principais e secundárias possuem leitos de terra batida, condição que dificulta o transporte na época de chuva, enquanto que, durante a seca, o tráfego de veículos eleva poeira nas estradas e no entorno.

A sede urbana de Paranaíta conta com sistema de abastecimento de água e serviços de coleta de lixo. A água tratada abastece 95 % da área urbana do município. Existem, também, pavimentação e drenagem de águas pluviais apenas nas proximidades da praça central do município.

A área urbana de Paranaíta conta com serviço de coleta de lixo, sendo todo lixo coletado destinado ao lixão a céu aberto do município.

Paranaíta não possui rede coletora de esgoto e estação de tratamento de esgoto, sendo o mesmo destinado a fossas sépticas individuais.

No município há 25 escolas, dentre as quais 05 encontram-se na área urbana e 20 na área rural.

A estrutura de assistência à saúde do município é composta por 11 estabelecimentos de saúde, dentre os quais um hospital privado conveniado com o SUS – Hospital São Vicente. A atenção primária em Paranaíta é centrada no modelo de atenção da Saúde da Família, composto por três equipes. O município dispõe, ainda, de consultórios odontológicos, laboratório de análises clínicas e clínicas de fisioterapia e reabilitação pertencentes à rede privada.

Lazer, cultura e organização social

O lazer das famílias de Paranaíta consiste em atividades relacionadas ao Rio Teles Pires (pesca, banho, praia e festivais).

Foram registradas no Cadastro Socioeconômico 8 ilhas com ocupação ou uso antrópico na AID do empreendimento. Nas ilhas existem edificações que são utilizadas para lazer, turismo, pesca esportiva e pesca comercial. Algumas ilhas são ocupadas por pescadores e donos de rancho de pesca. Uma delas, a Ilha do Fest Praia é utilizada desde 2000 para realização de tradicional evento turístico promovido anualmente.

Quanto à regularização de ocupação da ilhas, somente a Ilha Fest Praia tem posse (da Prefeitura de Paranaíta) obtida legalmente por meio de concessão. Conforme informações do EIA, alguns proprietários de ilhas afirmaram ter comprado a ilha de terceiros e há também casos de existência de documento de regularização de ocupação emitido pela INTERMAT – Instituto de Terras do Mato Grosso.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

A pesca esportiva é uma atividade de lazer e turismo da região. A atividade é permitida nos meses entre março e outubro, contribuindo para que muitos turistas sejam atraídos para a região nesse período. Junto com o Fest Praia ocorre o Campeonato Estadual de Pesca, evento de pesca esportiva na qual participam pescadores de diversas regiões do Estado de Mato Grosso.

A atividade de pesca esportiva é organizada pela Associação dos Pescadores Esportivos de Paranaíta – APEP. A APEP foi fundada em 2005 e em 2011 possuía cerca de 60 associados, que são em sua grande maioria residentes de Paranaíta.

Assentamento São Pedro

O Assentamento São Pedro localiza-se em Paranaíta, a 56 km do núcleo urbano do Município. Esse assentamento é formado por diversas comunidades, dentre as quais a Comunidade Rio Jordão. Parte dos lotes dessa comunidade (30 lotes) localiza-se na margem esquerda do rio Paranaíta e encontram-se na Área de Influência Direta do empreendimento.

Os estabelecimentos agropecuários do assentamento São Pedro são caracterizados como pequenas propriedades rurais (média de 37 hectares cada lote). Os moradores vivem da agricultura de subsistência e da produção de leite bovino. Há dois anos foi instalado na comunidade um tanque leiteiro refrigerado que possibilita o armazenamento adequado e traz benefícios para a venda da produção.

Os lotes do assentamento São Pedro dispõem de energia elétrica e acesso à água potável obtida através da captação por poços semi-artesianos. Segundo relatos dos moradores locais, o atual modo de captação de água é deficitário e essa condição poderia ser melhorada com a implantação de poço artesiano para abastecimento das residências da comunidade.

Em relação à infra-estrutura de ensino, o PA São Pedro conta com unidades de ensino da primeira a oitava série, distribuídas em quatro comunidades, sendo três escolas de ensino fundamental municipais, e uma escola estadual de ensino médio.

Quanto à Saúde, o assentamento dispõe de atendimento itinerante que realiza atenção médica básica. A comunidade também faz uso dos estabelecimentos de saúde disponíveis na sede do município de Paranaíta.

3.3.1 Resultados do DRP

Em Paranaíta foram realizadas 08 oficinas e 10 entrevistas semi - estruturadas.

As oficinas foram feitas com representantes do poder público municipal - prefeito e representantes de secretarias; pescadores profissionais, pescadores esportivos (APEP) e “proprietários” de ilhas; pais, alunos e professores da Escola Municipal Getúlio Vargas (moradores da ADA); proprietários de terras da Área Diretamente Afetada (ADA); Comunidade

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Rio Jordão - Assentamento São Pedro; proprietários de balsas de garimpo, balsa de travessia, pousadas flutuantes, garimpeiros e comerciantes da região da Balsa do Cajueiro; educadores das escolas E.E. Dr. Mario Correa e E.E. Juscelino Kubitschek; educadores da Escola Estadual João Paulo e Conselho Deliberativo da comunidade escolar (CDCE).

Pela complexidade dos públicos-alvo participantes dessas oficinas, surgiram informações e percepções bastante diversificadas, sempre enriquecidas pela participação das pessoas e pela demonstração constante da sua realidade.

Alguns pontos principais da oficina realizada com o poder público foram: necessidade de desenvolver a agricultura familiar sustentável nos assentamentos da região, necessidade de trabalhar na reeducação da população nos mais diferentes níveis, como hábitos de higiene, cultura e cultivo de legumes e hortaliças nas residências para consumo próprio, falta de reciclagem e especialização técnica dos integrantes da administração municipal, falta de alta complexidade na saúde municipal, entre outros.

Na oficina com pescadores profissionais e esportivos alguns pontos mencionados foram: dificuldade de integração e atendimento da Colônia de Pescadores com os pescadores locais tanto de Alta Floresta quanto de Paranaíta, necessidade de investir na conscientização da população em relação aos recursos naturais e importância do Rio Teles Pires na vida da cidade, necessidade de investir em turismo aproveitando os recursos naturais existentes.

Na oficina com moradores da ADA realizada na escola localizada perto ao local conhecido como Pipoca, Escola Municipal Getúlio Vargas, alguns pontos importantes foram colocados pelos pais dos alunos que participaram de uma reunião estruturada em concomitância com a oficina feita com os alunos: preocupação com a reserva legal das propriedades por causa do alagamento; o problemas com as nascentes da região que estão secando porque no passado foi tudo desmatado por causa da falta de informação; e a necessidade de serem informados sobre o empreendimento e as formas de indenização e aproveitamento futuro das propriedades.

Na oficina realizada com proprietários de terra atingidos pela obra da barragem, alguns pontos relevantes mencionados foram: na década de 80 os proprietários de terra eram incentivados a desmatar e a política de preservação atual sofre conseqüências por causa dessa atitude; demonstraram bastante interesse no desenvolvimento de programa de microbacias na região para combater o assoreamento; os participantes sugeriram parcerias com centros de pesquisa para inserção de atividades agrícolas e tecnologias adequadas à região para melhor desenvolvimento da atividade agropecuária, e também para melhorar a produtividade dos assentamentos de Paranaíta.

A oficina com moradores do Assentamento São Pedro, foi realizada na Escola Municipal Rural de 1º Grau São José. Atualmente essa unidade é utilizada apenas para o Curso de Alfabetização de Adultos. Nessa oficina os principais pontos que emergiram da participação dos moradores foram: dificuldade de desenvolvimento da atividade agrícola, por causa da terra que a princípio produzia bastante e agora não produz mais e por esse motivo há necessidade de recuperá-la

P. 42 Programa de Educação Ambiental

para que possa produzir novamente; dificuldade desses produtores de se enquadrarem de forma a produzirem mais e melhor, uma vez que a atividade principal é a produção de leite. Esse leite é vendido para uma empresa de Colíder que vem buscá-lo no assentamento.

Nas oficinas com os educadores, realizadas com professores de três escolas estaduais e municipais, os pontos mencionados foram: carência de compreensão e acesso a temas como patrimônio cultural e patrimônio ambiental além de noções básicas de higiene e cidadania; menção ao alto índice de gravidez precoce entre as adolescentes, apontando para a necessidade de ampliação dos trabalhos realizados pelo serviço social, assim como a necessidade de se ter mais profissionais desta área; necessidade de ampliar outras especializações na administração municipal como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, entre outras.

A questão do lixo e da conscientização ambiental da população também foi muito discutida, culminando na sugestão do desenvolvimento de um programa continuado de reciclagem e reaproveitamento de materiais dentro da escola, expandindo esse tema dentro da escola, em parceria com empresas que comprassem este material.

Atividades econômicas

Representantes do poder público de Paranaíta identificaram como demanda prioritária o desenvolvimento de agricultura familiar sustentável nos assentamentos da região. Segundo a Secretária de Educação, no mínimo 30% da merenda escolar deveria ser originária da agricultura familiar. Contudo, os pequenos produtores rurais têm enfrentado grandes dificuldades para viabilizar a produção.

Dentre outras atividades econômicas relevantes Paranaíta, juntamente com Alta Floresta, constitui o Pólo de Ecoturismo do “Nortão” que incluem pacotes turísticos, passeios por trilhas na floresta Amazônica, observação de animais, sítios arqueológicos, casas de artesanatos e pesque-pague. Apesar disso, na opinião de parte dos participantes da DRP, esse potencial turístico do município tem sido pouco divulgado.

Os participantes da DRP citaram que a economia local está aquecida devido a chegada do empreendimento UHE Teles Pires, fator este que tem contribuído para o aumento da oferta de trabalho. Conseqüentemente, também tem ocorrido valorização dos imóveis e aumento de obras de construção civil. Outros pontos positivos levantados foram o potencial pecuário, hídrico e agrícola, existência de solo fértil, atividade pesqueira, pastagens, serraria e pousadas.

Quanto aos pontos negativos da economia local, foram citados: a falta de trabalho para jovens, falta de mão-de-obra não qualificada para atuar como vigia, cozinheira e serviços gerais; falta de hotéis e restaurantes. O aumento do custo de vida em relação aos preços dos alimentos e dos aluguéis de imóveis também foi um problema identificado durante as atividades de DRP.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Em relação à qualificação profissional, o município é carente de cursos técnicos profissionalizantes e de ensino superior. Foi relatado que falta mão-de-obra qualificada nas áreas de educação (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais) e de mineração.

O Programa de treinamento que está sendo desenvolvido pela Odebrecht “Programa ACREDITAR” foi apontado como uma boa oportunidade para capacitação de mão-de-obra local.

Infraestrutura

Durante a oficina de DRP, alguns participantes apontaram como uma demanda do município o aumento da frequência do serviço de coleta de lixo municipal. Foi comentado que a queima de lixo foi uma prática do passado, porém hoje a queima é proibida. O município não possui organização para coleta seletiva, tampouco com catadores de lixo.

Durante a oficina de DRP com educadores das escolas de Paranaíta foi levantado que o município demanda por maior número de salas de aula e de professores e maior número de creches. Foi relatado também que o transporte escolar na área rural é limitado e não atende as localidades mais distantes. O poder público de Paranaíta apontou que faltam recursos e profissionais para trabalhar a informática nas escolas e também faltam equipamentos de educação para adultos.

Considerando a infraestrutura de atenção à saúde, Paranaíta possui deficiências nos serviços de urgência e emergência, incluindo leitos de UTI, equipamentos de diagnose e terapia, em especial no que diz respeito ao diagnóstico por imagem, como RX, ultrassonografia, tomografia e ressonância magnética. Participantes das atividades de DRP afirmaram que falta atendimento médico especializado e cirúrgico, dentistas e atendimento por planos de saúde.

Em relação à infraestrutura, as principais demandas identificadas durante as atividades de DRP são relacionadas a melhorias no policiamento, número maior de agências bancárias e de supermercados, falta de corpo de bombeiros, melhorias da sinalização de trânsito (faixa de pedestre, delimitação de áreas para caminhadas e de ciclovia), maior número de hotéis e também há relatos de falta de moradias.

Lazer, cultura e organização social

Na opinião dos participantes da DRP, faltam opções de lazer para os jovens e crianças na área urbana do município, assim como, faltam recursos e equipamentos para promoção de atividades culturais, tais como, clubes, piscinas, cinema, shopping, bocha, pista de caminhada, centro cultural e choperias.

O evento anual de pesca esportiva – Fest Praia - foi considerado pelo poder público de Paranaíta como um aspecto positivo da região, contudo, na opinião dos pescadores profissionais esse tipo de atividade prejudica a atividade de pesca profissional e maltrata os peixes.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Paranaíta foi considerada por alguns públicos-alvo das oficinas como sendo uma cidade tranqüila e saudável, devido à boa qualidade do ar, a riqueza natural (fauna, flora, rio e a pesca), hospitalidade dos moradores, eventos festivos e trânsito tranquilo. Por outro lado, foram levantadas diversas melhorias necessárias, tais como: a limpeza dos lixos das ruas, ações contra doenças (malária, dengue) e outros problemas (prostituição, drogas), e iniciativas voltadas à segurança no trânsito e segurança pública.

Também foram apontados como pontos negativos do município a devastação da mata ciliar, a devastação das castanheiras, assoreamento do rio Pinguim e a falta de coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos sólidos.

Parte dos envolvidos no DRP apontou que a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA do município tem pouca estrutura para atender as demandas. Durante reunião com o poder público de Paranaíta foi levantada a demanda por maior capacitação de técnicos da área de Meio Ambiente.

Quanto à organização social, informações obtidas durante as oficinas de DRP caracterizaram a organização social como precária, de baixa articulação e participação política. Outros pontos negativos apontados foram a falta de consciência política da população e a predominância de políticos centralizadores.

Participantes das oficinas manifestaram dúvidas e expectativas quanto ao uso e restrições da futura área e entorno do reservatório da UHE Teles Pires.

Assentamento São Pedro

Foi relatado durante a oficina de DRP que existe uma associação de moradores da comunidade, no entanto, a associação é pouco e ativa e atualmente encontra-se em situação irregular.

O oferecimento de ensino médio foi apontado como um benefício para a comunidade. Também foi citado como ponto positivo o funcionamento de ônibus escolar e transporte para a área urbana de Paranaíta.

A situação do assentamento é preocupante principalmente no que tange a produção agrícola, quase inexistente, dada a falta de investimento, conhecimento técnico e suporte organizacional. Os moradores não dispõem de incentivos e apoio financeiro para tratamento e recuperação do solo a fim de torná-lo mais produtivo, além disso, não dispõem de máquinas agrícolas apropriadas e nunca tiveram acesso a assistência técnica agrícola. Foi relatado que falta desconhecimento da população quanto a técnicas alternativas de manejo do solo, uma vez que as queimadas que eram comumente utilizadas não são mais permitidas.

Alguns projetos de produção agrícola foram implantados no assentamento, como de cacau, maracujá e pupunha, contudo, não obtiveram sucesso. A falta de planejamento do

P. 42 Programa de Educação Ambiental

direcionamento da produção foi a principal causa da inviabilização dos projetos, uma vez que a demanda local não era grande, e portanto, para garantir retorno ao produtor a produção deveria ser escoada para outras regiões.

A única atividade que tem gerado renda para as famílias consiste na produção de leite. No entanto, a atividade poderia se tornar mais lucrativa com a formação e atuação de uma cooperativa dos produtores de leite que pudesse articular e buscar acordos e incentivos para implementar melhorias principalmente relacionadas a logística .

Outras demandas relacionadas a infraestrutura citadas foram: melhorias nas estradas, disponibilização de caçambas para coleta de lixo e instalação de posto médico no Assentamento.

4. DEFINIÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Todas as soluções para os problemas e/ou sugestões de projetos de educação ambiental levantadas durante as atividades de DRP foram consolidadas em tabelas organizadas por temas e por município.

A análise dessas informações possibilitou identificar os grupos de temas e soluções que poderiam ser agrupados em projetos de educação ambiental, uma vez que poderiam ser tratados com metodologias e atividades semelhantes e/ou por apresentarem mesma tipologia/características. Desta forma, são propostos três projetos de Educação de Ambiental:

- Projeto I: Oficinas e palestras de caráter informativo / Cursos técnicos;
- Projeto II: Gestão de resíduos sólidos;
- Projeto III: Educação ambiental nas escolas.

Posteriormente, foram definidas as oportunidades de atuação de cada um dos projetos, assim como, as respectivas articulações necessárias e possíveis dificuldades a serem encontradas.

É importante destacar que, com base na Nota Técnica Nº 25/2011- COHID/CGENE/DILIC/IBAMA sobre Diretrizes para a execução do Programa de Educação Ambiental e no Parecer IBAMA Nº 55/2012 – Considerações e Solicitações – P.42 – PEA, os projetos de educação ambiental propostos serão contemplados com ações educativas acerca dos programas ambientais da LI 818/2011.

Deste modo, nos três grupos de projetos propostos integrantes deste relatório, foi incluído o objetivo solicitado no parecer acima de “Capacitar os sujeitos desta ação educativa acerca dos programas ambientais da LI 818/2011, para entender a importância da aplicação desses programas e, quando possível, colaborar para o bom andamento das ações.” Deste modo, as atividades propostas deverão incluir os programas ambientais em seus conteúdos para atingir esse objetivo.

Os **Quadros 4.a, Quadro 4.b e Quadro 4.c** apresentam os problemas e soluções organizadas por Projetos de Educação Ambiental, e as respectivas oportunidades, dificuldades e articulações necessárias.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 4.a. Resumo dos problemas e soluções identificados durante as atividades do DRP no município de Jacareacanga e sugestões de projetos

Projetos	Temas	Problemas	Soluções propostas	Oportunidades	Dificuldades	Articulações
Oficinas e palestras de caráter informativo / Cursos técnicos	Gestão de Secretarias, entidades e associações	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade em elaborar projetos para editais 	<ul style="list-style-type: none"> Oferecer cursos na área de gestão e captação de recursos e elaboração de projetos as secretarias e entidades interessadas 	Capacitar representantes das secretarias dos municípios da All e de entidades da sociedade civil organizada na área de gestão administrativa, elaboração de projetos e captação de recursos	-	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de ensino do Sistema "S" (SENAR e SEBRAE)
	UNIDAS (junção da colônia de pescadores, uma associação e outra entidade)	<ul style="list-style-type: none"> Falta estrutura Não há profissional voltado para esta atividade 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar este grupo em educação ambiental 	Preparação do grupo "UNIDAS" de Jacareacanga, formado por representantes dos pescadores e da sociedade civil de Jacareacanga para atuar como multiplicadores de boas práticas ambientais relacionadas ao uso dos rios e entorno	-	<ul style="list-style-type: none"> Institutos, universidades e escolas técnicas da região ONGs

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 4.a. Resumo dos problemas e soluções identificados durante as atividades do DRP no município de Jacareacanga e sugestões de projetos

Projetos	Temas	Problemas	Soluções propostas	Oportunidades	Dificuldades	Articulações
Projeto de educação ambiental nas escolas	Pesca predatória	<ul style="list-style-type: none"> Falta conscientização 	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas informativas 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a educação ambiental no ambiente escolar Desenvolver práticas de conscientização ambiental no município Estimular a percepção do espaço escolar e a participação nos processos de decisão de adaptação deste espaço 	<ul style="list-style-type: none"> Conciliar o calendário escolar com as atividades propostas Sensibilizar os diferentes grupos sociais Promover a mudança de hábitos dentro e fora da escola 	<ul style="list-style-type: none"> Secretária do Meio Ambiente Universidades locais – UNEMAT UNIDAS (junção da colônia de pescadores, uma associação e outra entidade) Rádio comunitária local (em construção) Associações de bairro, Igrejas, Rádios e outros meios de comunicação para divulgação das campanhas e eventos
	Horta doméstica	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de hortaliças Alimentação prejudicada Falta de hábito Falta de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Difundir técnicas Promover a cultura da horta doméstica Estimular a comercialização do excedente 			

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 4.b. Resumo dos problemas e soluções identificados durante as atividades do DRP no município de Alta Floresta e sugestões de projetos

Projetos	Temas	Problemas	Soluções propostas	Oportunidades	Dificuldades	Articulações
Oficinas e palestras de caráter informativo / Cursos técnicos	Gestão de Secretarias, entidades e associações	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade em elaborar projetos para editais 	<ul style="list-style-type: none"> Oferecer cursos na área de gestão e captação de recursos e elaboração de projetos as secretarias e entidades interessadas 	Capacitar representantes das secretarias dos municípios da All e de entidades da sociedade civil organizada na área de gestão administrativa, elaboração de projetos e captação de recursos	-	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de ensino do Sistema “S” (SENAR, SENAI, SENAC, SEBRAE)
	Cidadania e organização social	<ul style="list-style-type: none"> Falta de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Organizar palestras sobre direitos e deveres da população e esclarecer as obrigações dos poderes públicos Identificar e capacitar de líderes comunitários com o intuito de se promover a organização social Promover campanhas em rádios e cartilhas para informar a função do agente comunitário e como se deve utilizar a estrutura da saúde (cartilhas prontas). 	Promover palestras e campanhas que tratam sobre os temas: Cidadania e Organização Social	Promover o engajamento dos líderes comunitários	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de ensino do Sistema “S” (SENAR e SEBRAE) Instituições e universidades da região Secretarias Municipais (Educação e Saúde)

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 4.b. Resumo dos problemas e soluções identificados durante as atividades do DRP no município de Alta Floresta e sugestões de projetos

Projetos	Temas	Problemas	Soluções propostas	Oportunidades	Dificuldades	Articulações
Gestão de resíduos sólidos	Coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> Falta de coleta seletiva e destinação adequada do resíduo sólido 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver programa de coleta seletiva, incluindo lixo eletrônico e destinação adequada do lixo 	<p>Capacitar grupo de administradores locais para a gestão dos resíduos sólidos principalmente no que tange a coleta seletiva.</p> <p>Articular junto a Prefeitura Municipal um Plano Municipal de Resíduos Sólidos.</p>	<p>Interesse dos participantes;</p> <p>Custo das ações, principalmente aquelas inseridas no Plano Municipal de Resíduos Sólidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Prefeituras, Secretarias ligadas ao tema e empresas locais e população Entidades formadoras dos Sistemas SESI, SENAI, SENAR e SEBRAE Entidades de assistência técnica (EMATER) Universidades locais – UNEMAT Entidades de apoio financeiro ONG's, associações, sindicatos

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 4.b. Resumo dos problemas e soluções identificados durante as atividades do DRP no município de Alta Floresta e sugestões de projetos

Projetos	Temas	Problemas	Soluções propostas	Oportunidades	Dificuldades	Articulações
Projeto de educação ambiental com as escolas	Conscientização ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Excesso de lixo nas ruas, no rio e entorno 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar campanhas de conscientização ambiental para população local (ribeirinhos, pescadores, garimpeiros e área urbana) Expansão de programas ambientais e multirão de coleta de lixo das seguintes escolas: Escola 19 de maio (escola estadual) Jardim Universitário e Furlani (escolas estadual) e escola do bairro Cidade Bella –Alta Floresta Multirão de limpeza do Rio Teles Pires 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a educação ambiental no ambiente escolar Desenvolver práticas de conscientização ambiental no município Estimular a percepção do espaço escolar e a participação nos processos de decisão de adaptação deste espaço Promover o aprendizado sobre matrizes energéticas e o entendimento do processo de instalação da companhia hidrelétrica na região 	<ul style="list-style-type: none"> Conciliar o calendário escolar com as atividades propostas Sensibilizar os diferentes grupos sociais Promover a mudança de hábitos dentro e fora da escola 	<ul style="list-style-type: none"> Secretária do Meio Ambiente Secretaria da Educação CEFAPRO / UNEMAT e universidades locais Associações de bairro, Igrejas, Rádios e outros meios de comunicação para divulgação das campanhas e eventos Colônia de Pescadores Z 16

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 4.c. Resumo dos problemas e soluções identificados durante as atividades do DRP no município de Paranaíta e sugestões de projetos

Projetos	Temas	Problemas	Soluções propostas	Oportunidades	Dificuldades	Articulações
Oficinas e palestras de caráter informativo / Cursos técnicos	Reflorestamento	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de mananciais e nascentes devastadas 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivo e assistência técnicas para reflorestamento Reativação do projeto de reflorestamento das nascentes em conjunto com a Prefeitura, no qual forneceria as mudas para o plantio 	Reativação do projeto de reflorestamento das nascentes em conjunto com a Prefeitura de Paranaíta, visando o fornecimento de mudas para o reflorestamento	Engajamento da população / falta de recursos	<ul style="list-style-type: none"> EMATER SENAR / SEBRAE Universidades e escolas técnicas da região Representantes do poder público Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Agricultura) ONGs
	Reserva Legal / Área de Preservação Permanente / desenvolvimento rural sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Falta de conscientização sobre boas práticas ambientais relacionadas a produção agropecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Programa de microbacias (determinar os limites de APP em função da topografia do terreno) 	Conscientizar e fornecer apoio técnico aos produtores rurais sobre desenvolvimento rural sustentável, além de contribuir no processo de desenvolvimento de Programa de Microbacia	Promover o engajamento dos produtores rurais	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de ensino do Sistema "S" (SENAR e SENAC) Instituições e universidades da região Secretarias Municipais (Meio Ambiente e Agricultura)
	Uso do entorno do reservatório	<ul style="list-style-type: none"> Expectativas e dúvidas 	<ul style="list-style-type: none"> Campanha informativa Preparar os atingidos para a mudança com informação e novas técnicas 	Orientação de boas práticas ambientais de uso do reservatório e entorno e preparação da população sobre as alterações ambientais introduzidas pela formação do reservatório da UHE Teles Pires e pelo novo ordenamento	-	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Municipal de Meio Ambiente Colônia de Pesca Z-16 Cooperativa de Garimpeiros de Alta Floresta Associação de Pesca Esportiva de Paranaíta e de Alta Floresta

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 4.c. Resumo dos problemas e soluções identificados durante as atividades do DRP no município de Paranaíta e sugestões de projetos

Projetos	Temas	Problemas	Soluções propostas	Oportunidades	Dificuldades	Articulações
				territorial do entorno		<ul style="list-style-type: none"> Associação dos Atingidos por Barragens de Paranaíta
Gestão de resíduos sólidos	Coleta seletiva e reciclagem	<ul style="list-style-type: none"> Falta de coleta seletiva e destinação adequada do resíduo sólido 	<ul style="list-style-type: none"> Aterro sanitário, caçamba, coleta diária e seletiva – programa integrado Organizar e capacitar os catadores Cooperativa de reciclagem Destino adequado para o lixo Usina de reciclagem e técnicas de compostagem (cursos e treinamento) Reaproveitamento de matérias recicláveis Campanhas para coleta de lixo na escola com recursos revertidos para a escola 	<p>Capacitar grupo de administradores locais para a gestão dos resíduos sólidos, organizando a coleta e introduzindo a coleta seletiva.</p> <p>Articular junto a Prefeitura Municipal um Plano Municipal de Resíduos Sólidos.</p>	<p>Interesse dos participantes;</p> <p>Custo das ações, principalmente aquelas inseridas no Plano Municipal de Resíduos Sólidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Prefeituras, Secretarias ligadas ao tema e empresas locais e população Entidades formadoras dos Sistemas SESI, SENAI, SENAR e SEBRAE Entidades de assistência técnica (EMATER), universidades locais – UNEMAT, entidades de apoio financeiro ONG's, associações, sindicatos
Projeto de educação ambiental nas escolas	Conscientização ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Excesso de lixo nas ruas, no rio e entorno Desmatamento e queimadas 	<ul style="list-style-type: none"> Campanha educativa (limpeza do rio) para turismo e pesca Incentivo ao plantio de castanheiras Orientar sobre o desmatamento e conscientização da natureza Elaboração de matérias (apostilas) de Educação Ambiental Orientar a respeito das 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a educação ambiental no ambiente escolar Desenvolver práticas de conscientização ambiental no município Estimular a percepção do espaço escolar e a participação nos processos de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> Conciliar o calendário escolar com as atividades propostas Sensibilizar os diferentes grupos sociais Promover a mudança de hábitos dentro e 	<ul style="list-style-type: none"> Secretária do Meio Ambiente Secretaria da Educação CEFAPRO / UNEMAT e universidades locais Associações de bairro, ONGs, Igrejas, Rádios e outros meios de comunicação para divulgação das campanhas e eventos

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 4.c. Resumo dos problemas e soluções identificados durante as atividades do DRP no município de Paranaíta e sugestões de projetos

Projetos	Temas	Problemas	Soluções propostas	Oportunidades	Dificuldades	Articulações
			espécies de peixe e época de reprodução <ul style="list-style-type: none"> • Campanha para que não se permita a pesca esportiva no período determinado, exigir que as pousadas respeitem a piracema • Visita dos alunos e professores no empreendimento para uso didático (geração de energia, conscientização) • Incentivo em projetos de educação ambiental nas escolas 	de adaptação deste espaço <ul style="list-style-type: none"> • Promover o aprendizado sobre matrizes energéticas e o entendimento do processo de instalação da companhia hidrelétrica na região 	fora da escola	<ul style="list-style-type: none"> • Colônia de Pescadores Z 16 • Cooperativa dos Garimpeiros

P. 42 Programa de Educação Ambiental

5. PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O detalhamento dos três Projetos de Educação Ambiental propostos é apresentado a seguir.

5.1 Projeto I – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável Direcionado a População da AII

5.1.1 Justificativa

O Diagnóstico Rápido Participativo – DRP resultou em várias demandas dos participantes sobre necessidade de capacitação e realização de determinados treinamentos ou simples cursos de aperfeiçoamento para a população dos municípios da AII da UHE Teles Pires. Os temas mencionados referiam-se à educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Alguns temas foram apontados como de interesse de algum grupo específico, outros foram identificados como oportunidades de ampliação de conhecimento e esclarecimento de pontos importantes que trouxessem contribuição na formação de uma consciência ambiental.

Certas demandas foram obtidas nas oficinas realizadas nos três municípios e alguns dos temas solicitados foram:

- Capacitação na área de gestão e de captação de recursos;
- Palestras sobre direitos e deveres do cidadão e do poder público;
- Função do agente comunitário e forma de utilização dos recursos de saúde dos municípios;
- Desenvolvimento de Programa de Microbacia;
- Reativação do projeto de reflorestamento das nascentes;
- Informações sobre as alterações ambientais introduzidas pela formação do reservatório da UHE Teles Pires e pelo novo ordenamento territorial do entorno.

O presente Projeto de Educação Ambiental propõe o desenvolvimento de oficinas, palestras e/ou cursos nos municípios da AII - Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga – que visam orientar e informar a população sobre determinados temas segundo os grupos de participantes definidos, a partir de um processo de construção contínua de novos conhecimentos associado à formação de grupos de interesse que compartilhem de objetivo comum.

Destaca-se que esse projeto atende as diretrizes das duas linhas de ação definidas no P.42 Programa de Educação Ambiental: **Linha A** – Fortalecimento da participação e controle social, com vistas à redução de conflitos, e **Linha B** – Percepção, gestão e convivência com as alterações ambientais introduzidas pela formação do reservatório e pelo novo ordenamento territorial do entorno.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

5.1.2. Objetivo

Promover oficinas, cursos e palestras voltadas a diferentes públicos-alvo de forma a informar e orientar a população sobre assuntos de interesse local e específicos, buscando promover a ampliação do conhecimento, capacitação, alteração comportamental e mobilização social em benefício da qualidade ambiental e social da região.

Capacitar os sujeitos desta ação educativa acerca dos programas ambientais da LI 818/2011, para entender a importância da aplicação desses programas e, quando possível, colaborar para o bom andamento das ações. Deste modo, as atividades propostas deverão incluir os programas ambientais em seus conteúdos para atingir esse objetivo, segundo solicitação do parecer do IBAMA Nº 55/2012.

5.1.3 Objetivos Específicos

Foram estabelecidos 04 objetivos específicos do Projeto, que são:

- Capacitar representantes das secretarias dos municípios da All e de entidades da sociedade civil organizada na área de gestão e captação de recursos;
- Promover palestras e campanhas que tratam sobre os temas: Cidadania e Organização Social;
- Conscientizar e fornecer apoio técnico aos produtores rurais sobre desenvolvimento rural sustentável, além de contribuir no processo de desenvolvimento de Programa de Microbacia;
- Promover campanhas educativas sobre uso adequado do rio, do reservatório e da área do entorno.

5.1.4 Metodologia

As atividades e ações propostas variam de acordo com cada objetivo específico e resultados esperados, conforme Quadros da **Seção 5.1.5**. Serão realizados cursos, oficinas, reuniões, palestras e exposições como instrumentos de aprendizado.

A metodologia de ensino dos cursos e oficinas será pautada nas seguintes características:

- Realização de etapas sucessivas e interligadas;
- Garantia da visualização e documentação de todas as etapas do projeto;
- Enfoque na formação de grupos de discussão e organização social;
- Pressuposto de que o planejamento e implementação não se separam, ou seja, os beneficiários dos projetos devem ser parte ativa no processo de planejamento e execução dos projetos, juntamente com a equipe técnica;
- As diferentes maneiras de ministrar esses conhecimentos (oficinas, cursos e palestras) buscarão, além da capacitação instrumental, a formação de valores pautados na ética ecológica, na solidariedade, na interação comunitária e no compromisso social e

P. 42 Programa de Educação Ambiental

profissional.

Parcerias e contratações de empresas deverão ser realizadas para viabilizar ações conjuntas, voltadas para desenvolvimento de cursos e palestras de caráter técnico. Essas parcerias/contratações poderão ser com administrações municipais e estaduais da All, com entidades capacitadoras, como as do Sistema S (SESI, SENAI, SENAR e SEBRAE), entidades de assistência técnica (EMATER), entidades de ensino (universidades locais – UNEMAT), com entidades de apoio financeiro (crédito e micro-crédito) e outras (ONG's, associações, sindicatos).

Sempre que necessário também será produzido material impresso como folders, informativos e apostilas. A elaboração desse material deve conter conceitos sobre temas a serem discutidos com os participantes, levando em consideração a linguagem escrita e visual mais adequada para os diversos públicos e atividades.

5.1.5 Descrição das Ações, Metas e Indicadores de Acompanhamento

Para cada objetivo específico do projeto foram definidas as metas, resultados esperados, atividades e indicadores de acompanhamento, conforme detalhado nos quadros a seguir.

Quadro 5.1.5.a

Objetivo específico I

Projeto I - OBJETIVO ESPECÍFICO I: Capacitar representantes das secretarias dos municípios da All e de entidades da sociedade civil organizada na área de gestão e captação de recursos		
Área de abrangência: Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga		
Metas: Realização de cursos sobre gestão administrativa e captação de recursos nos três municípios (Oferecer no mínimo 02 cursos por município para poder atender um maior número de público) Realização de no mínimo 02 oficinas e reuniões por município de orientações técnicas com representantes de associações, cooperativas e outras organizações da sociedade civil		
Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Capacitação dos representantes da administração pública dos municípios da All nos seguintes assuntos: gestão administrativa, elaboração de projetos e captação de recursos	1.1 Realização de curso sobre gestão administrativa, elaboração de projetos e captação de recursos Duração: 12 horas Nº de participantes médio por curso: 20	Nº de cursos realizadas Nº de participantes dos cursos Resultados da avaliação dos cursos
2. Apresentação aos representantes de associações, cooperativas e outras organizações da sociedade civil de Jacareacanga sobre as opções e oportunidades de captação de recursos e, preparação das pessoas interessadas para formulação de projetos	2.1 Realização de oficina "Captação de recursos para projetos de interesse social" Duração: 04 a 06 horas Nº de participantes médio por oficina: 15 2.2 Realização de reuniões de orientação técnica para elaboração dos projetos de interesse do público participante	Nº de oficinas realizadas Nº de participantes das oficinas Nº de reuniões de orientação técnica realizadas Nº de projetos elaborados

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 5.1.5.b

Objetivo específico II

Projeto I - OBJETIVO ESPECÍFICO II: Promover palestras e campanhas que tratam sobre os temas: Cidadania e Organização Social		
Área de abrangência: Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga		
Metas: Realização de 02 palestras de incentivo a participação social Realização de campanhas em rádios e produção e distribuição de 500 cartilhas para tratar sobre “serviços de saúde e agente comunitário”		
Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Disponibilização de informações a população de Paranaíta e Alta Floresta sobre direitos e deveres do cidadão, participação na sociedade e esclarecimentos sobre obrigações e poderes públicos	1.1 Promover palestras e exposições sobre “direitos e deveres do cidadão e do poder público” em eventos municipais	Nº de palestras realizadas
2. Divulgação da função do agente comunitário e forma de utilização dos recursos de saúde dos municípios	2.1 Realizar campanhas em rádios e distribuição de cartilhas	Nº de publicações / eventos em rádios Área de abrangência de distribuição de cartilhas Nº de cartilhas distribuídas

Quadro 5.1.5.c

Objetivo específico III

Projeto I - OBJETIVO ESPECÍFICO III: Conscientizar e fornecer apoio técnico aos produtores rurais sobre desenvolvimento rural sustentável, além de contribuir no processo de desenvolvimento de Programa de Microbacia		
Área de abrangência: Paranaíta		
Metas: Realização de no mínimo 02 oficinas sobre “proteção e recuperação de mata ciliar e desenvolvimento rural sustentável” Realização de 02 oficinas de assistência técnica Elaborar e implementar plano de ação para reativação do projeto de reflorestamento de Paranaíta		
Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Contribuição no processo de mobilização social a partir de ações educativas que abordem temas como importância da preservação dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, diminuição do risco de poluição de água, recomposição e manutenção de matas ciliares, proteção e manutenção de mananciais e nascentes, recuperação de Áreas de Preservação Permanente	1.1 Realização de oficinas para tratar sobre “proteção e recuperação de mata ciliar e desenvolvimento rural sustentável” Duração: 04 horas Nº de participantes médio: 20	Nº de oficinas realizadas Nº de participantes das oficinas
2. Fornecimento de apoio técnico aos produtores rurais interessados em recuperar áreas degradadas e recompor áreas de matas ciliares e de mananciais de suas propriedades, além de oferecimento de curso de capacitação que contribua para o fortalecimento da organização dos	2.1 Realização de oficinas de assistência técnica Duração: 04 horas Nº de participantes médio: 30 2.2 Realização de curso de gerenciamento eficiente das	Nº de oficinas realizadas Nº de participantes das oficinas Nº de participantes do curso

P. 42 Programa de Educação Ambiental

produtores rurais	unidades produtoras Duração: 06 horas Nº de participantes médio: 30	
3. Reativação do projeto de reflorestamento das nascentes em conjunto com a Prefeitura de Paranaíta, visando o fornecimento de mudas para o reflorestamento	3.1 Reuniões com representantes da administração pública para desenvolver plano de ação para reativação do projeto de reflorestamento das nascentes	Nº de reuniões realizadas Nº de ações planejadas Nº de ações atendidas e em atendimento

Quadro 5.1.5.d

Objetivo específico IV

Projeto I - OBJETIVO ESPECÍFICO IV: Promover campanhas educativas sobre uso adequado do rio, do reservatório e da área do entorno		
Área de abrangência: Paranaíta e Jacareacanga		
Metas: Realização de 02 seminários sobre “Educação Ambiental: uso de rio e entorno” - Preparação do grupo “UNIDAS” de Jacareacanga Realização de 02 seminários sobre “Educação Ambiental: uso do reservatório da UHE Teles Pires e entorno” - Preparação da população afetada pelo empreendimento UHE Teles Pires em Paranaíta Realização de 02 seminários sobre “Saúde e Meio Ambiente” na Comunidade Rio Jordão do Assentamento de São Pedro em Paranaíta		
Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Preparação do grupo “UNIDAS” de Jacareacanga, formado por representantes dos pescadores e da sociedade civil de Jacareacanga para atuar como multiplicadores de boas práticas ambientais relacionadas ao uso dos rios e entorno	1.1 Seminário “Educação Ambiental: uso do rio e entorno” Duração: 04 horas por seminário Nº de participantes médio nos dois seminários: 20 1.2 Produção e distribuição de material informativo	Nº de participantes do seminário
2. Orientação de boas práticas ambientais de uso do reservatório e entorno e preparação da população afetada pelo empreendimento UHE Teles Pires sobre as alterações ambientais introduzidas pela formação do reservatório da UHE Teles Pires e pelo novo ordenamento territorial	2.1 Seminário “Educação Ambiental: uso do reservatório da UHE Teles Pires e entorno” Públicos -alvo: moradores, pescadores, garimpeiros e outros Duração: 04 horas por seminário Nº de participantes médio nos dois seminários: 100 2.2 Produção e distribuição de material informativo	Nº de participantes dos seminários Nº de materiais informativos produzidos e distribuídos
3. Realização de campanhas de conscientização abordando o tema “saúde e meio ambiente: higiene, limpeza dos terrenos, combate as queimadas e questões sanitárias”	3.1 Seminário “Saúde e Meio Ambiente” Público –alvo: Comunidade do Rio Jordão do Assentamento São Pedro Duração: 04 horas por seminário Nº de participantes médio nos dois seminários: 30 3.2 Produção e distribuição de material informativo	Nº de participantes do seminário Nº de materiais informativos produzidos e distribuídos

P. 42 Programa de Educação Ambiental

5.1.7 Equipe Técnica

A equipe técnica executora do projeto deverá ser composta por especialistas/consultorias/entidades de ensino da área social, econômica, administrativa, agrícola e ambiental, conforme necessidades de cada objetivo específico.

5.1.8 Avaliação

Os projetos deverão ser implementados conforme diretrizes definidas no Projeto de Educação Ambiental I. A equipe responsável pelas atividades do PEA deverá manter registros e evidências de todas as ações e atividades realizadas.

As informações deverão ser consolidadas em relatório de atividades com periodicidade semestral. Esse relatório deverá apresentar no mínimo as seguintes informações:

- Atividades desenvolvidas no período;
- Avaliação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo análise dos indicadores de acompanhamento;
- Avaliação da situação de atendimento as metas do projeto;
- Atividades em atraso e outras justificativas;
- Quadro consolidado de fontes e usos de recursos financeiros até a data;
- Apresentação de evidências das atividades realizadas (registro fotográfico, listas de presença, ata de reuniões, material impresso, etc).

As equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos Projetos de Educação Ambiental deverão se reunir anualmente para discutir sobre o andamento das atividades de cada um dos projetos. Essas reuniões deverão envolver também representantes dos diferentes públicos-alvo do P.42 Programa de Educação Ambiental do PBA.

Nos casos em que foram verificados desvios, atrasos ou problemas, deverão ser propostas medidas de apoio e/ou ações corretivas a serem organizadas em um Plano de Ação.

5.2 Projeto II – Projeto de Gestão dos Resíduos Sólidos

5.2.1 Justificativa

Durante as oficinas de DRP foi possível observar a preocupação dos moradores dos municípios com a grande produção e o destino do lixo. Apesar de apresentarem realidades diferentes na situação do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, o tema lixo foi levantado como problema nos municípios da AI.

O presente Projeto de Educação Ambiental propõe o desenvolvimento de ações junto ao poder executivo nos municípios que visam orientar e capacitar os administradores municipais para a

P. 42 Programa de Educação Ambiental

gestão adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos. A proposta de se realizar este trabalho junto aos administradores municipais se justifica devido à importância da sua atuação neste sentido. Embora a conscientização da população e a devida orientação para o cuidado do lixo sejam importantes, bem como a regulamentação de fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, que agora são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos, as ações não serão realmente efetivas se não existir o respaldo da administração municipal, responsável entre outras coisas, pelo local final de destinação do lixo.

O projeto de gestão dos resíduos sólidos pretende, respeitando as particularidades de cada município, auxiliar na melhora desse serviço e viabilizar a implantação de uma gestão que tenha como referência a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Sobre esta política é importante ressaltar alguns aspectos colocados em foco pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. São eles:

- Acordo Setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;
- Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;
- Logística Reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;
- Coleta seletiva: - coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;
- Ciclo de Vida do Produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;
- Sistema de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR: tem como objetivo armazenar, tratar e fornecer informações que apoiem as funções ou processos de uma organização. Essencialmente é composto de dois subsistemas: um formado por pessoas, processos, informações e documentos e outro composto por equipamentos e seu meios de comunicação;

P. 42 Programa de Educação Ambiental

- Catadores de materiais recicláveis: diversos artigos abordam o tema, com o incentivo a mecanismos que fortaleçam a atuação de associações ou cooperativas, o que é fundamental na gestão dos resíduos sólidos;
- Planos de Resíduos Sólidos: O Plano Nacional de Resíduos Sólidos elaborado com ampla participação social, com metas e estratégias nacionais sobre o tema. Também estão previstos planos estaduais, microrregionais, de regiões metropolitanas, planos intermunicipais, municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

O presente projeto se propõe, portanto, a subsidiar a formação nos administradores municipais sobre o tema, e tem como meta principal a viabilização quando não existente de Planos Municipais de Gestão dos Resíduos Sólidos.

Destaca-se que esse projeto atende as diretrizes das duas linhas de ação definidas no P.42 Programa de Educação Ambiental.

5.2.2 Objetivo

Promover cursos e oficinas voltados para a Administração Pública dos municípios, visando o fortalecimento da capacidade técnica/gerencial/administrativa desses gestores no que se refere ao tema “gestão de resíduos sólidos”.

Capacitar os sujeitos desta ação educativa acerca dos programas ambientais da LI 818/2011, para entender a importância da aplicação desses programas e, quando possível, colaborar para o bom andamento das ações. Deste modo, as atividades propostas deverão incluir os programas ambientais em seus conteúdos para atingir esse objetivo, segundo solicitação do parecer do IBAMA Nº 55/2012.

5.2.3 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são apresentados para cada um dos municípios, pois se adequam às necessidades e peculiaridades de cada local, conforme apreendido nas oficinas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

Alta Floresta - Capacitar grupo de administradores locais para a gestão dos resíduos sólidos principalmente no que tange à coleta seletiva.

Paranaíba - Capacitar grupo de administradores locais para a gestão dos resíduos sólidos, organizando o serviço de coleta e introduzindo a coleta seletiva.

Este projeto contemplará estes dois municípios, pois o primeiro possui aterro sanitário implantado e o segundo tem prevista a implantação de um aterro pelo próprio empreendedor.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Já o município de Jacareacanga se encontra ainda em fase de adequação e legalização de local para disposição final de resíduos, dificultando desta forma a aplicação deste projeto na região.

5.2.4 Metodologia

As atividades e ações propostas variam de acordo com cada objetivo específico e resultados esperados, conforme apresentado na **Tabela 5.0.a**. Serão realizadas reuniões com os representantes municipais, além de cursos e oficinas como instrumento de capacitação e articulação dos municípios.

As reuniões com os representantes administrativos servirão como início do diálogo, apresentando para estes as preocupações levantadas pelas populações no que se refere ao tema colocado. Além disso, será nestas reuniões que se articulará o planejamento para elaboração dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos (quando não existente) e dos cursos de capacitação sobre o tema.

É importante esta articulação das prefeituras, para que estas consigam junto a todo o aparato administrativo público, as empresas localizadas nos municípios e a população, viabilizar uma melhor gestão destes resíduos.

Os cursos realizados serão aplicados aos municípios de Alta Floresta e Paranaíta, porém se adequarão às realidades locais e às necessidades apontadas pelos participantes do DRP.

No município de Alta Floresta a coleta de lixo é mais organizada e já existe aterro sanitário. No entanto, os participantes do DRP levantaram a necessidade de se viabilizar a coleta seletiva do lixo, incluindo o lixo eletrônico. Além disso, também foi colocada a necessidade da destinação adequada do lixo.

No município de Paranaíta, os participantes do DRP colocaram que a coleta de lixo é muito deficitária. Além da falta de organização e destinação adequada do lixo, o problema se estende para um caso de saúde pública, já que o aterro atualmente existente fica localizado muito próximo à área urbana do município, o que resulta em grande quantidade de insetos, principalmente, moscas.

O PBA da UHE Teles Pires prevê a implantação de um aterro sanitário adequado para o município. Essa ação apenas, no entanto, não é suficiente para a implantação da correta gestão dos resíduos sólidos urbanos no município. É necessário suprir outras etapas, e este projeto visa capacitar a equipe local justamente para atender a estas demandas.

Para a realização dos cursos e oficinas deverão ser realizadas parcerias e contratações de empresas. Essas parcerias/contratações poderão ser com entidades formadoras, como as dos Sistemas SESI, SENAI, SENAR e SEBRAE, entidades de assistência técnica (EMATER), entidades de ensino (universidades locais – UNEMAT), entidades de apoio financeiro (crédito e micro-crédito) e outras organizações (ONG's, associações, sindicatos).

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Sempre que necessário também será produzido material impresso como folders, informativos, cartilhas e apostilas. A elaboração desse material deve conter conceitos sobre temas a serem discutidos com os participantes, levando em consideração a linguagem escrita e visual mais adequada para os diversos públicos e atividades. Além da gestão dos resíduos sólidos, um tema importante a ser avaliado é o trabalho infantil nos lixões e aterros nos municípios. Caso ocorra em algum deles, um trabalho será direcionado para este problema.

5.2.5 Descrição das Ações, Metas e Indicadores de Acompanhamento

Para cada objetivo específico do projeto foram definidas as metas, resultados esperados, atividades e indicadores de acompanhamento, conforme detalhado nos quadros a seguir.

Quadro 5.2.5.a

Objetivo Específico I

Projeto II - OBJETIVO ESPECÍFICO I: Capacitar grupo de administradores locais para a gestão dos resíduos sólidos principalmente no que tange à coleta seletiva.		
Área de abrangência: Alta Floresta		
Metas: Realização de 01 reunião de articulação com o poder executivo do município; Realização de 01 curso de capacitação, que atenda os representantes da administração municipal; Realização de 01 oficina para formação e orientação dos funcionários da área;		
Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Articular junto a Prefeitura Municipal um Plano Municipal de Resíduos Sólidos	1.1 Reunião com os representantes do poder público municipal	Nº de participantes na reunião com os representantes do poder público municipal
2. Desenvolver programa de coleta seletiva, incluindo lixo eletrônico e destinação adequada do lixo.	2.1 Curso de capacitação, que atenda os representantes da administração municipal; 2.2 Oficina para formação e orientação dos funcionários da área	Nº de participantes do curso Nº de participantes das oficinas

Quadro 5.2.5.b

Objetivo Específico II

Projeto II - OBJETIVO ESPECÍFICO II: Capacitar grupo de administradores locais para a gestão dos resíduos sólidos, organizando o serviço de coleta e introduzindo a coleta seletiva.		
Área de abrangência: Paranaíta		
Metas: Realização de 01 reunião de articulação com o poder executivo do município; Realização de 01 curso de capacitação, que atenda os representantes da administração municipal; Realização de 01 oficina para formação e orientação dos funcionários da área;		
Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Articular junto a Prefeitura Municipal um Plano Municipal de Resíduos Sólidos	1.1 Reunião com os representantes do poder público municipal	Nº de participantes na reunião com os representantes do poder público municipal
2. Programa integrado visando destino adequado para o lixo - Aterro sanitário (a ser implantado por outro programa de compensação), caçamba, coleta diária e seletiva.	2.1 Curso de capacitação, que atenda os representantes da administração municipal; 2.2 Oficina para formação e orientação dos funcionários da área	Nº de participantes do curso Nº de participantes das oficinas

P. 42 Programa de Educação Ambiental

3. Desenvolver programa de coleta seletiva, incluindo lixo eletrônico e destinação final adequada do lixo	3.1 Oficina para formação e orientação dos funcionários da área	Nº de participantes das oficinas
---	---	----------------------------------

5.2.6 Cronograma de Atividades

UHE Teles Pires Programa de Educação Ambiental												
Descrição	Ano 1											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
PROJETO II - PROJETO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS												
OBJETIVO ESPECÍFICO I												
Reunião com os representantes do poder público municipal - Alta Floresta												
Curso de capacitação, que atenda os representantes da administração municipal- Alta Floresta												
Oficina para formação e orientação dos funcionários da área - Alta Floresta												
OBJETIVO ESPECÍFICO II												
Reunião com os representantes do poder público municipal - Paranaíta												
Curso de capacitação, que atenda os representantes da administração municipal - Paranaíta												
Oficina para formação e orientação dos funcionários da área - Paranaíta												
Elaboração de Relatórios							R					R

5.2.7 Equipe Técnica

A equipe técnica executora do projeto deverá ser composta por um especialista da área social e dois educadores ambientais plenos, podendo haver, como já mencionado anteriormente, estabelecimento de parceiras e/ou contratação de empresas para realizar formações mais especializadas.

5.2.8 Avaliação

Os projetos deverão ser implementados conforme diretrizes definidas no Projeto de Educação Ambiental I. A equipe responsável pelas atividades do PEA deverá manter registros e evidências de todas as ações e atividades realizadas.

As informações deverão ser consolidadas em relatório de atividades com periodicidade semestral. Esse relatório deverá apresentar no mínimo as seguintes informações:

- Atividades desenvolvidas no período;
- Avaliação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo análise dos indicadores de acompanhamento;
- Avaliação da situação de atendimento as metas do projeto;
- Atividades em atraso e outras justificativas;
- Quadro consolidado de fontes e usos de recursos financeiros até a data;

P. 42 Programa de Educação Ambiental

- Apresentação de evidências das atividades realizadas (registro fotográfico, listas de presença, ata de reuniões, material impresso, etc).

As equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos Projetos de Educação Ambiental deverão se reunir anualmente para discutir sobre o andamento das atividades de cada um dos projetos. Essas reuniões deverão envolver também representantes dos diferentes públicos-alvo do P.42 Programa de Educação Ambiental do PBA.

Nos casos em que foram verificados desvios, atrasos ou problemas, deverão ser propostas medidas de apoio e/ou ações corretivas a serem organizadas em um Plano de Ação.

5.3 Projeto III - Educação Ambiental nas Escolas

5.3.1 Justificativa

A Educação Ambiental é um processo participativo, onde o envolvimento de todos é muito importante. O educando deve participar ativamente tanto no diagnóstico dos problemas ambientais quanto na busca de soluções, sendo preparado como agente transformador, através do desenvolvimento de habilidades e atitudes.

A Educação Ambiental deve buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta, auxiliando o aluno a analisar criticamente o princípio antropocêntrico, que tem levado à destruição inconseqüente dos recursos naturais e de várias espécies. É preciso considerar que:

- a natureza não é fonte inesgotável de recursos, suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital. Além disso, a preservação das demais espécies e a manutenção da biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência.
- é necessário planejar o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, considerando que é necessário ter condições dignas de moradia, trabalho, transporte e lazer, áreas destinadas à produção de alimentos e proteção dos recursos naturais.

A realização do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) nos três municípios considerados como área de influência indireta do empreendimento em questão, possibilitou a identificação de diversos problemas ambientais resultantes da falta de conscientização da população. Ao considerar a educação ambiental como ferramenta necessária na conscientização da população, vê-se, conseqüentemente, a necessidade de envolver a comunidade escolar neste processo de mudança de valores e atitudes.

Grande parte do público presente nas oficinas de DRP citou iniciativas de consciência ambiental promovidas pelas escolas locais, como arrastões de limpeza e plantação de mudas em torno de nascentes, e verificou-se também, nas próprias escolas visitadas, a demanda por expandir esta temática dentro e fora dos muros da escola. Foi pensando nos relatos e informações reunidas

P. 42 Programa de Educação Ambiental

no DRP que se elaborou o projeto descrito a seguir, buscando assim atender de maneira objetiva as demandas de cada município em relação à educação ambiental, envolvendo as instituições escolares que tem potencial natural em difundir valores e atitudes para o restante da população.

Tendo em vista os impactos socioambientais existentes e os impactos socioambientais previstos por conta da influência do empreendimento hidrelétrico nestes municípios, o projeto proposto contribui para a reflexão e percepção da população destas localidades quanto às ações cotidianas necessárias para a manutenção da qualidade do meio ambiente em que vivem. O projeto proposto também pretende promover o reconhecimento e o melhor aproveitamento das potencialidades ambientais da região, através de ações e campanhas a serem desenvolvidas pelas escolas.

Considerando as duas linhas de ação que direcionaram o diagnóstico realizado, este projeto visa o fortalecimento e controle social por parte da população (linha A), ao propor atividades de intervenção coletiva no município e a visão de participação social. O projeto objetiva também a conscientização ambiental da comunidade escolar quanto à convivência e percepção em relação às alterações oriundas do empreendimento hidrelétrico na região, ao incluir atividades que pensam na geração de energia elétrica e seus impactos socioambientais (linha B).

5.3.2 Objetivo Geral

Este projeto visa despertar na comunidade escolar uma consciência crítica sobre as questões ambientais locais, para que seus componentes se tornem multiplicadores deste conhecimento na sociedade. Idealmente, além de englobar possíveis atitudes concretas, trabalhos, campanhas e ações escolares coletivas que beneficiam o meio ambiente do município, pretende-se também transformar a escola em um exemplo de práticas mais sustentáveis, com uso responsável de recursos, no consumo de energias, na manutenção dos equipamentos, na utilização dos materiais, no reaproveitamento e destinação dos resíduos acumulados. O que se deseja é que as pessoas passem a se perceber inseridas no meio, desenvolvendo uma visão crítica em relação às questões ambientais, a ponto de querer transformar o seu próprio modo de viver e seu modo de interagir com os recursos existentes. E a escola é um lugar privilegiado para que essa percepção aconteça.

Além disso, visa a capacitar os sujeitos desta ação educativa acerca dos programas ambientais da LI 818/2011, para entender a importância da aplicação desses programas e, quando possível, colaborar para o bom andamento das ações. Deste modo, as atividades propostas deverão incluir os programas ambientais em seus conteúdos para atingir esse objetivo, segundo solicitação do parecer do IBAMA Nº 55/2012.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

5.3.3 Objetivos Específicos

1. Promover a educação ambiental no ambiente escolar, de forma a auxiliar o corpo docente das escolas na implantação do projeto proposto, estimulando práticas que levem à integração entre as séries, disciplinas, escolas, meio e a comunidade.
2. Desenvolver ações de conscientização ambiental no município tendo como ponto de partida as questões levantadas pela população no DRP e outras identificadas pela comunidade escolar. As atividades previstas para a realização deste objetivo consideram as questões apontadas em cada município, portanto este objetivo específico foi estruturado em três situações distintas.
3. Estimular a percepção do espaço escolar e a participação nos processos de decisão de adaptação deste espaço, como exemplo de contínua reflexão e apropriação dos valores que remetem à educação ambiental.
4. Promover o aprendizado sobre matrizes energéticas e o entendimento do processo de instalação da usina hidrelétrica na região.

5.3.4 Metodologia

Os objetivos específicos reunidos neste projeto são complementares e devem preferencialmente ser trabalhados na ordem acima proposta, garantindo assim uma sequência lógica na construção desta visão ambiental nas escolas destes municípios.

Uma frequente crítica destinada aos projetos escolares de educação ambiental refere-se ao ponto de vista metodológico. Em geral, tanto as pessoas quanto as escolas possuem sólidos conhecimentos sobre o tema meio ambiente, mas não sabem atuar na resolução destes problemas. Portanto, é preciso pensar em pequenas atitudes concretas em direção à Educação Ambiental, que envolvem a mudança de valores e atitudes dos adultos e ensino desses novos valores e atitudes para as crianças na escola.

Considerando o ideal de implantar este projeto de forma participativa e dialógica, permitindo o envolvimento efetivo dos sujeitos da ação educativa na efetivação das atividades propostas, a metodologia a ser aplicada prevê inicialmente a realização de seminários, encontros e debates entre os professores, para apresentar o objetivo geral do projeto proposto e para compatibilizar as abordagens dos conteúdos/disciplinas X situações-problema / temas referentes à realidade em que a escola está inserida (OLIVEIRA, 2000). A efetiva participação do corpo escolar (diretores, professores e alunos) neste projeto é fundamental para a realização do mesmo.

Deve-se atentar também para as particularidades de cada escola, sua metodologia e programação. Muitas destas escolas desenvolvem ou já desenvolveram trabalhos de educação ambiental que não podem ser descartados, mas sim aproveitados e incorporados neste projeto. Portanto, a fase inicial de implantação do projeto é fundamental para estruturar e adaptar as etapas do mesmo conforme a programação e as ações já planejadas das escolas envolvidas.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Cada objetivo específico prevê cursos e oficinas com os envolvidos no intuito de prepará-los para a aplicação do projeto e para que as atividades sejam também desenvolvidas considerando suas opiniões e conhecimentos.

Para a realização de cada atividade prevê-se a participação de um especialista, que além de introduzir os temas e oferecer oficinas para os envolvidos, deverá acompanhá-los em suas atividades, visando a continuidade deste projeto mesmo após o cumprimento do cronograma.

O projeto também inclui a realização de eventos e campanhas municipais unificadas referentes aos temas de meio ambiente trabalhados nas escolas durante o cronograma do projeto, afim de reunir os trabalhos de todas as escolas participantes e de envolver a comunidade extra escolar nas atividades propostas.

Este projeto foi desenvolvido considerando a comunidade escolar abordada pelo DRP, diagnóstico rápido participativo, realizado nos três municípios da Área de Influência Indireta da UHE Teles Pires. Em relação ao município de Jacareacanga, alguns dos educadores das escolas selecionadas para o projeto participaram da oficina de DRP (2) realizada com a sociedade civil.

Em relação às escolas selecionadas de Alta Floresta, as mesmas foram citadas na oficina de DRP (4) com os pescadores profissionais de Alta Floresta como sendo as escolas frequentadas por seus filhos e onde já foram desenvolvidas atividades de educação ambiental, conforme descrito nas Fichas contidas no **Anexo 2**. Sendo assim, a comunidade escolar, neste caso, engloba famílias que serão afetadas diretamente pelo empreendimento. E quanto as escolas do município de Paranaíta, todas as 11 escolas (03 estaduais e 08 municipais) foram selecionadas para este projeto, inclusive as instituições de ensino que atenderem crianças e adolescentes da Comunidade Rio Jordão do Assentamento São Pedro, que também faz parte da Área de Influência Direta do empreendimento em questão.

Neste caso, as escolas onde este projeto deverá ser implantado são:

Município de Jacareacanga/ PA :

- Escola Municipal de ensino fundamental Carmem Valente da Silva
- Escola Estadual de ensino médio Haroldo Veloso

Município de Alta Floresta/MT:

- Escola Estadual Vitória Furlani da Riva
- Escola Estadual Cecília Meirelles (Bairro cidade Bela)
- Escola Municipal Irmã Dulce
- Escola Municipal Benjamin de Pádua

Município de Paranaíta/MT:

- Todas as escolas públicas do município (11 no total: 03 estaduais e 08 municipais)

P. 42 Programa de Educação Ambiental

5.3.5 Descrição das Ações, Metas e Indicadores de Acompanhamento

Para cada objetivo específico do projeto foram definidas as metas, resultados esperados, atividades e indicadores de acompanhamento, conforme detalhado nos quadros a seguir.

Quadro 5.3.5.a

Objetivo Específico I

Projeto III - OBJETIVO ESPECÍFICO I: Promover a educação ambiental no ambiente escolar, estimulando práticas que levem à integração entre as séries, disciplinas, escolas, meio e a comunidade		
Área de abrangência: Jacareacanga, Paranaíta e Alta Floresta		
Metas: - Participação de no mínimo 80% dos educadores das escolas envolvidas nas discussões e desenvolvimento do projeto - Participação de no mínimo 90% dos educandos envolvidos nas atividades propostas		
Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Desenvolvimento de uma visão global multi e interdisciplinar sobre as questões ambientais;	1.1 Realização de palestra introdutória sobre a interdisciplinaridade e abrangência do tema e apresentação do objetivo do projeto. Público: corpo docente e discente das instituições de ensino	Nº de alunos participantes por escola Nº de professores participantes por escola Nº de palestras por escola
2. Composição dos temas a serem trabalhados no projeto que possibilitem uma ampliação da visão crítica sobre meio ambiente;	2.1 Realização de oficina de planejamento participativo junto com professores e alunos das diferentes séries, partindo das sugestões já levantadas no DRP realizado nos respectivos municípios e incorporando as atividades de educação ambiental já desenvolvidas pelas escolas. Público: corpo docente e discente das instituições de ensino	Nº de alunos participantes por série e escola Nº de oficinas por níveis de ensino por escola Nº de professores participantes por escola
3. Adequação das atividades de Educação Ambiental ao conteúdo do currículo escolar;	3.1 Levantamento de projetos sobre o tema meio ambiente que já são desenvolvidos nas escolas junto com o corpo docente das instituições de ensino.	Nº de reuniões realizadas em cada escola Nº de professores participantes por escola
	3.2 Realização de reuniões com o corpo docente das escolas, no intuito de se compatibilizar o currículo escolar com os temas propostos, para que as atividades a serem desenvolvidas sejam complementares ao aprendizado em sala de aula.	
	3.3 Preparação do calendário de atividades em função da disponibilidade (calendário escolar) e sequência temática abordada nas diferentes disciplinas.	
4. Equalização da noção de meio ambiente entre os professores envolvidos, independente da série e da disciplina;	Realização de curso com profissional específico com o intuito de igualar a base de conhecimento do corpo docente das instituições envolvidas. Duração: 20 hs Público: corpo docente das instituições de ensino envolvidas	Nº de certificados emitidos Nº de professores participantes por escola

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 5.3.5.b

Objetivo Específico II.a

Projeto III - OBJETIVO ESPECÍFICO II.a: Desenvolver práticas de conscientização ambiental no município, tendo como ponto de partida as questões levantadas pela população no DRP e outras identificadas pela comunidade escolar		
Área de abrangência: Jacareacanga		
Metas: - Participação de no mínimo 80% dos educadores das escolas envolvidas em no mínimo 4 das atividades propostas - Participação de no mínimo 90% dos educandos das escolas envolvidas em no mínimo 5 das atividades propostas		
Resultados Esperados	* Atividades	Indicadores
<p>1. Ações práticas no meio ambiente sobre os temas levantadas nas escolas com planejamento participativo, partindo das sugestões já levantadas no DRP;</p> <p>* Todas as atividades propostas exigem a realização de um trabalho anterior de pesquisa e aprofundamento do tema, apoiando-se no currículo escolar.</p> <p>* O planejamento das atividades deve incluir a divulgação de suas respectivas ações nas mídias, como internet, rádio comunitária, jornal da escola e em outros canais (aproveitar o blog que já existe em algumas das escolas ou criar um) convidando a população a participar das ações propostas</p>	<p>1.1 Organização social – realizar oficina com especialista sobre noções de controle e mobilização social, cidadania, direitos, organização de campanhas, organismos públicos, criação de ONGs, associações e cooperativas com linguagem diferenciada para cada nível de ensino. Público: corpo docente e docente das instituições de ensino envolvidas</p>	<p>Nº de alunos e professores participantes em oficina por escola Nº de pesquisas realizadas por tema proposto e por escola Nº de apresentações e de propostas de melhorias elaborados por escola Nº de alunos e professores participantes das ações desenvolvidas por escola Nº de alunos e professores participantes das campanhas realizadas por escola Material elaborado para as campanhas Nº de alunos e professores que fizeram uma horta doméstica</p>
	<p>1.2 Campanha sobre a Pesca predatória – preparar material informativo para campanha orientado sobre espécies, época de reprodução, respeito à piracema.</p>	
	<p>1.3 Promoção da cultura da horta doméstica – ensinar na prática, difundir técnicas e fornecer subsídios para que os alunos tenham sua própria horta doméstica; acompanhar a produção; preparar cartilha e realizar campanha / evento para distribuir mudas, estimulando a população a fazer o mesmo.</p>	
	<p>1.4 Preparação da apresentação de todas as atividades e materiais produzidos na feira de ciências (evento anual) e para feira.</p>	

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 5.3.5.c

Objetivo Específico II.b

<p>Projeto III - OBJETIVO ESPECÍFICO II.b: Desenvolver práticas no município, tendo como ponto de partida as questões levantadas pela população no DRP e outras identificadas pela comunidade escolar</p>		
<p>Área de abrangência: Alta Floresta</p>		
<p>Metas: - Participação de no mínimo 80% dos educadores das escolas envolvidas nas atividades previstas - Participação de no mínimo 90% dos educandos das escolas envolvidas nas atividades previstas</p>		
Resultados Esperados	* Atividades	Indicadores
<p>1. Ações práticas no meio ambiente a partir dos temas levantadas nas escolas com planejamento participativo, incorporando as sugestões já levantadas no DRP;</p> <p>* Todas as atividades propostas exigem a realização de um trabalho anterior de pesquisa e aprofundamento do tema, apoiando-se no currículo escolar.</p> <p>* O planejamento das atividades deve incluir a divulgação de suas respectivas ações nas mídias, como internet, rádio comunitária, jornal da escola e em outros canais (aproveitar o blog que já existe em algumas das escolas ou criar um) convidando a população a participar das ações propostas</p>	<p>1.1 Organização social – realizar oficina com especialista sobre noções de controle e mobilização social, cidadania, direitos, organização de campanhas, organismos públicos, criação de ONGs, associações e cooperativas com linguagem diferenciada para cada nível de ensino Público: corpo docente e docente das instituições de ensino envolvidas</p>	<p>Nº de alunos e professores participantes em oficina por escola Nº de pesquisas realizadas por tema proposta e por escola Nº de apresentações e de propostas de melhorias elaborados por escola Nº de alunos e professores participantes das ações desenvolvidas por escola Nº de alunos e professores participantes das campanhas realizadas por escola Material elaborado para as campanhas Nº de alunos e professores que fizeram uma horta doméstica</p>
	<p>1.2 Realização de campanhas de conscientização ambiental – abordar temas como desmatamento, matas ciliares, áreas de preservação, manejo florestal sustentável; incentivo a plantar espécies nativas; promover arrastão de limpeza no rio e campanhas direcionadas para diferentes grupos: garimpeiros, pescadores esportivos, ribeirinhos, pescadores (considerar que a poluição também é maior depois de eventos festivos); preparar material informativo para realização das campanhas. Esta atividade preve uma parceria com associações e grupos do município que já promovam este tipo ação na região.</p>	
	<p>1.3 Conscientização do Lixo – realizar arrastão de limpeza na cidade; promover parceria com empresas de transporte na realização da campanha para que não se jogue lixo pela janela; produzir material informativo sobre a coleta seletiva, material reciclável e destinação dos resíduos sólidos; organizar campanhas de coleta de lixo na escola para venda, com recursos revertidos para a escola.</p>	
	<p>1.4 Campanha sobre a Pesca predatória – preparar material informativo para campanha orientado sobre espécies, época de reprodução, respeito a piracema.</p>	
	<p>1.5 Preparação da apresentação de todas as atividades e materiais produzidos em evento anual sobre meio ambiente a ser organizado, caso a escola ainda não tenha esta atividade prevista.</p>	

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 5.3.5.d

Objetivo Específico II.c

Projeto III - OBJETIVO ESPECÍFICO II.c: Desenvolver práticas no município tendo como ponto de partida as questões levantadas pela população no DRP e outras identificadas pela comunidade escolar		
Área de abrangência: Paranaíta		
Metas: - Participação de no mínimo 80% dos educadores das escolas envolvidas nas atividades previstas - Participação de no mínimo 90% dos educandos das escolas envolvidas nas atividades previstas		
Resultados Esperados	* Atividades	Indicadores
<p>1. Ações práticas no meio ambiente a partir dos temas levantadas nas escolas com planejamento participativo, incorporando as sugestões já levantadas no DRP;</p> <p>* Todas as atividades propostas exigem a realização de um trabalho anterior de pesquisa e aprofundamento do tema, apoiando-se no currículo escolar.</p> <p>* O planejamento das atividades deve incluir a divulgação de suas respectivas ações nas mídias, como internet, rádio comunitária, jornal da escola e em outros canais (aproveitar o blog que já existe em algumas das escolas ou criar um) convidando a população a participar das ações propostas</p>	<p>1.1 Organização social – realizar oficina com especialista sobre noções de controle e mobilização social, cidadania, direitos, organização de campanhas, organismos públicos, criação de ONGs, associações e cooperativas com linguagem diferenciada para cada nível de ensino. Público: corpo docente e discente das instituições de ensino envolvidas</p>	<p>Nº de alunos e professores participantes em oficina por escola Nº de pesquisas realizadas por tema proposta e por escola Nº de apresentações e de propostas de melhorias elaborados por escola Nº de alunos e professores participantes das ações desenvolvidas por escola Nº de alunos e professores participantes das campanhas realizadas por escola Material elaborado para as campanhas Nº de alunos e professores que fizeram uma horta doméstica</p>
	<p>1.2 Realização de campanhas de conscientização ambiental – abordar temas como desmatamento, matas ciliares, áreas de preservação, manejo florestal sustentável; incentivo a plantar espécies nativas (castanheiras); promover arrastão de limpeza no rio e campanhas direcionadas para diferentes grupos: garimpeiros, pescadores esportivos, ribeirinhos, pescadores (considerar que a poluição também é maior depois de eventos festivos); preparar material informativo para realização das campanhas. Esta atividade prevê uma parceria com associações e grupos do município que já promovam este tipo de ação na região</p>	
	<p>1.3 Conscientização do Lixo – realizar arrastão de limpeza na cidade; promover parceria com empresas de transporte na realização da campanha para que não se jogue lixo pela janela; produzir material informativo sobre a coleta seletiva, material reciclável e destinação dos resíduos sólidos; organizar campanhas de coleta de lixo na escola para venda com recursos revertidos para a escola.</p>	
	<p>1.4 Campanha sobre a Pesca predatória – preparar material informativo para campanha orientado sobre espécies, época de reprodução, respeito a piracema.</p>	
	<p>1.5 Preparação da apresentação de todas as atividades e materiais produzidos em evento anual sobre meio ambiente a ser organizado, caso a escola ainda não tenha esta atividade prevista.</p>	

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 5.3.5.e

Objetivo Específico III

Projeto III - OBJETIVO ESPECÍFICO III: Promover o aprendizado sobre matrizes energéticas e o entendimento do processo de instalação da usina hidrelétrica na região		
Área de abrangência: Paranaíta e Alta Floresta		
Metas: - Participação de no mínimo 80% dos educadores das escolas envolvidas nas atividades previstas - Participação de no mínimo 90% dos educandos das escolas envolvidas nas atividades previstas		
Resultados Esperados	Atividades	Indicadores
1. Expansão do conhecimento sobre matrizes energéticas	1.1 Realização de oficinas experimentais e diferenciadas em função do nível escolar dos alunos para apresentar as distintas formas de geração de energia (compatibilizar com o currículo escolar)	Nº de alunos participantes por série e escola Nº de oficinas por níveis de ensino por escola Nº de professores participantes por escola
2. Estudo da Companhia Hidrelétrica Teles Pires	2.1 Formação de grupo de estudos composto por professores e alunos do ensino médio – estudar como se dá o processo de licenciamento, quais são os PBAs, a importância do empreendimento para região considerando os impactos positivos e negativos	Nº de alunos participantes por série e escola Nº de professores participantes por escola
3. Visita à Hidrelétrica	3.1 Realização de visita guiada até a barragem e realização de conversa com representante da Companhia Hidrelétrica Teles responsável pela área socioambiental. Observação: Poderá ocorrer definição de idade limite para visita do canteiro de Obras	Nº de alunos participantes por série e escola Nº de professores participantes por escola

P. 42 Programa de Educação Ambiental

5.3.7 Equipe Técnica

A equipe técnica executora do projeto deverá ser composta por profissionais das seguintes áreas:

- Profissional da área de educação ambiental ;
- Profissional da área de organização social e política;
- Profissional com conhecimento de permacultura (construções ecológicas nas escolas).

5.3.8 Avaliação

Os projetos deverão ser implementados conforme diretrizes definidas no Projeto de Educação Ambiental I. A equipe responsável pelas atividades do PEA deverá manter registros e evidências de todas as ações e atividades realizadas.

As informações deverão ser consolidadas em relatório de atividades com periodicidade semestral. Esse relatório deverá apresentar no mínimo as seguintes informações:

- Atividades desenvolvidas no período;
- Avaliação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, incluindo análise dos indicadores de acompanhamento;
- Avaliação da situação de atendimento as metas do projeto;
- Atividades em atraso e outras justificativas;
- Quadro consolidado de fontes e usos de recursos financeiros até a data;
- Apresentação de evidências das atividades realizadas (registro fotográfico, listas de presença, ata de reuniões, material impresso, etc).

As equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos Projetos de Educação Ambiental deverão se reunir anualmente para discutir sobre o andamento das atividades de cada um dos projetos. Essas reuniões deverão envolver também representantes dos diferentes públicos-alvo do P.42 Programa de Educação Ambiental do PBA.

Nos casos em que foram verificados desvios, atrasos ou problemas, deverão ser propostas medidas de apoio e/ou ações corretivas a serem organizadas em um Plano de Ação.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE OUTRAS DEMANDAS

O Diagnóstico Rápido Participativo possibilitou o levantamento de diversos aspectos e demandas nos três municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento UHE Teles Pires. Algumas demandas identificadas não puderam ser integradas aos Projetos de Educação Ambiental por não fazerem parte do escopo do P.42 Programa de Educação Ambiental. Contudo, não é descartada a possibilidade de que parte dessas demandas sejam atendidas futuramente, uma vez que poderão ser incorporadas por outros programas do PBA a serem desenvolvidos pelo empreendedor.

O **Quadro 6.a** apresenta as demandas registradas durante as atividades de DRP que servirão de informação e que poderão ser incorporados no escopo de outros programas do PBA em desenvolvimento pelo empreendedor. Nesse quadro são sugeridos os programas que poderiam atender a essas demandas organizados por município.

O **Quadro 6.b** apresenta outras demandas identificadas durante as atividades de DRP por município.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 6.a. Demandas identificadas durante as atividades de DRP que poderão ser incorporadas a outros Programas desenvolvidos pelo empreendedor

Sugestão de Programa do PBA que incorpore as demandas	Paranaíta	Alta Floresta	Jacareacanga
<p>P. 36 – Reforço de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais</p> <p>Esse programa prevê um monitoramento socioeconômico para verificação de possíveis demandas adicionais advindas do empreendimento, por esse motivo essas solicitações resultantes das oficinas podem ser avaliadas dentro do Subprograma de Monitoramento Socioeconômico.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias no setor de saúde (extensão da atenção primária e de especialidades médicas, implantação de posto de atendimento no assentamento São Pedro, reestruturação do hospital São Vicente, implantação de Farmácia popular) Aumento do efetivo e da estrutura física de policiamento Melhorias de infraestrutura urbana (pavimentação das ruas, melhorias de estradas de acesso, padronização das calçadas, iluminação pública, implantação de sistema de drenagem nas ruas, implantação de sistema de tratamento de esgoto, implantação de aterro sanitário) Ampliação e melhorias nas escolas (cobertura de ginásio, faixa de segurança), incluindo as escolas de ensino médio Implantação de parques nas áreas verdes, pistas de caminhada e ciclovias Recuperação de áreas de mananciais degradadas (Rio Pinguim) que comprometem o sistema de captação de água do município e desenvolver parceria com prefeitura de Alta Floresta e ONG Zoneamento do município e definição de 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de equipamentos de lazer (demarcação de parques públicos, praças, parque aquático, quadras esportivas, ciclismo, pistas de corrida, caminhada e centro de convivência para idosos) Revitalização do centro permanente de educação ambiental Melhorias de infraestrutura (transporte público, abertura de estradas de acesso ao rio Teles Pires) Reativação da escola agrícola Contratação, capacitação e treinamento de agentes de saúde Apoiar no cadastro técnico de multi-finalidade /georreferenciamento (recurso financeiro para delimitação das áreas de preservação). 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de projeto paisagístico na área urbana (arborização, revitalização da praça) Melhorias na Saúde, incluindo em relação ao atendimento a população indígena e não-indígena Construção de biblioteca Infantil e brinquedoteca Monitoramento de áreas de risco nas aldeias indígenas devido a formação de voçorocas, utilização de técnicas de recuperação de solos degradados Promoção da recuperação das matas ciliares em áreas de pastagem e a conscientização dos proprietários das terras Incentivo a arborização urbana, incluindo o cercamento e a manutenção do viveiro municipal de mudas

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 6.a. Demandas identificadas durante as atividades de DRP que poderão ser incorporadas a outros Programas desenvolvidos pelo empreendedor

Sugestão de Programa do PBA que incorpore as demandas	Paranaíta	Alta Floresta	Jacareacanga
	áreas urbanas para uso específico (prostíbulos, atividade econômica, residências)		
P.43 – Acompanhamento da Atividade Pesqueira	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento dos peixes, estudo do repovoamento e estudo da época de desova dos peixes 	-	-
P.37 – Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a agricultura familiar sustentável (capacitação do pequeno agricultor, formação de cooperativas de pequenos produtores, planejamento do escoamento agrícola, assistência técnica agrícola, acesso a máquinas agrícolas, aumento da produtividade da produção de leite, instalação de agroindústria de beneficiamento do leite) • Capacitar líderes comunitários da Comunidade do Rio Jordão do Assentamento São Pedro visando o fortalecimento da associação de moradores e formação de cooperativa de produtores de leite • Estabelecimento de parcerias com centros de pesquisa para inserção de atividades agrícolas e tecnologias adequadas na região, implantação de campo experimental, 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de potencialidades para exploração de áreas naturais e dos recursos disponíveis • Estruturação de redes / grupos de interesse para discutir sobre negócios / atividades econômicas • Qualificação de mão-de-obra (cursos de empreendedorismo e cursos técnicos para atendimento nas áreas de turístico, comércio e serviços, hotelaria, guias turístico, pilotos, aeroporto e restaurantes, copeiras) • Apoio a pecuária (incentivo a diversificação, busca pelo atendimento da demanda local, capacitação na área de captação de recursos financeiros) • Organizar cooperativa de reciclagem e de catadores de lixo • Apoio a atividade pesqueira (formação de cooperativa da atividade pesqueira, articulação com instituições na busca por melhorias à atividade e aos pescadores, financiamento de equipamentos e máquinas, facilitação ao 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação profissional e de artes voltada ao público jovem (artesanato, música, dança, apoio a recursos materiais, organização de feiras de artesanato indígena, cursos de profissionalização como alternativas de geração de renda • Cursos de capacitação (uso de técnicas de garimpo mais sustentáveis, desenvolvimento de aqüicultura, capacitação de pessoas de limpeza e técnicos do hospital) • Formar parceria com a COOPERCORIO a fim de utilizar restos de madeira, prensado e outros para fins de artesanato e/ou comercialização) • Formação de cooperativa de

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 6.a. Demandas identificadas durante as atividades de DRP que poderão ser incorporadas a outros Programas desenvolvidos pelo empreendedor

Sugestão de Programa do PBA que incorpore as demandas	Paranaíta	Alta Floresta	Jacareacanga
	<ul style="list-style-type: none"> Formação de cooperativa de reciclagem e de catadores de lixo Formação de cooperativas das atividades pesqueiras e de garimpo Capacitar lideranças da atividade pesqueira da região de Alta Floresta e Paranaíta visando o fortalecimento da Colônia de Pescadores e a disponibilização de cadastro itinerante para atualização de registro dos pescadores profissionais Apoio as atividades econômicas permanentes (atração de indústrias, regularização e implantação de abatedouros desenvolvimento da Piscicultura) 	crédito, implantação de frigorífico para o pescado, cursos de qualificação profissional, estudo de viabilidade de piscicultura como alternativa da atual atividade pesqueira)	<p>reciclagem e catadores de lixo</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto de produção e beneficiamento de frutas da região (açai, castanha, buriti) Difundir técnicas de manejo florestal sustentável e formulação de proposta técnica para obtenção de licenciamento e esclarecer sobre o processo de regularização fundiária;
P.31 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Histórico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> Acesso ao sítio arqueológico Pedra Preta e promoção de oficinas de conscientização 	-	-
P.03 - Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento do resíduo madeireiro pelos proprietários das terras Facilitar o licenciamento para uso da madeira tirada pelo reservatório e obras da 	-	-

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 6.a. Demandas identificadas durante as atividades de DRP que poderão ser incorporadas a outros Programas desenvolvidos pelo empreendedor

Sugestão de Programa do PBA que incorpore as demandas	Paranaíta	Alta Floresta	Jacareacanga
Projeto	UHE Teles Pires		
P.38 – Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de atividades turísticas (incentivo a atividades e plano de divulgação) Acesso ao sítio arqueológico Pedra Preta como local turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio a atividade de turismo (fomento e levantamento do potencial turístico, promover a sinalização turística no município) Capacitar e empregar os pescadores como guias turísticos da região Instituir política pública para taxação do uso do rio por turistas, aplicação de multas por uso incorreto, aumentar a fiscalização e formação de fundo destinado a manutenção da área do rio, entorno e profissionais da pesca (capacitar os pescadores para serem fiscais da natureza remunerados) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o Ecoturismo e o Etnoturismo Criação de balneário e equipamentos de lazer para família Desenvolvimento / incentivo à pesca esportiva Recuperação do Igarapé do Buriti (<i>Sonrisal</i>) e Implantação de um bosque para atividades de lazer e educação ambiental no local
P 44 – Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA	<ul style="list-style-type: none"> Informação e divulgação do uso do reservatório e Área de Preservação Permanente pelos proprietários das terras 	-	-
P.40 – Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório da População	-	<ul style="list-style-type: none"> Oferecimento de moradia aos pescadores que vivem na beira do reservatório 	-
P.41 - Programa de Interação e Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> Dúvidas em relação a formação do reservatório da UHE Teles Pires (uso do entorno, medo do lote ser reduzido, medo de perda econômica, medo de 	<ul style="list-style-type: none"> Diversas dúvidas em relação a uso do reservatório da UHE Teles Pires e entorno (continuidade da atividade pesqueira, delimitação de área destinada a pesca, 	-

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 6.a. Demandas identificadas durante as atividades de DRP que poderão ser incorporadas a outros Programas desenvolvidos pelo empreendedor

Sugestão de Programa do PBA que incorpore as demandas	Paranaíta	Alta Floresta	Jacareacanga
	<p>disseminação da malária, proibição da pesca, dúvida quanto à continuidade da atividade garimpeira, medo de parar as atividades da balsa de travessia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dúvidas sobre indenização • Expectativa em relação a melhoria de vida da comunidade do Assentamento São Pedro • Expectativas em relação a melhoria da infraestrutura da saúde e educação • Expectativas de que o reservatório tenha espaço para lazer, turismo e instalação de um balneário • Expectativas de que com o tempo as espécies de peixe permaneçam no rio, assim como, que continue frequente as idas de turistas ao reservatório 	<p>repopoamento de peixes no rio, atividade de piscicultura, melhoria das condições de trabalho dos pescadores, quantidade de peixes no reservatório e se os peixes vão continuar subindo para a desova)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dúvidas em relação ao processo de compensação (assentamento rural para pescadores, indenização e capacitação de pescadores para abandonar a atividade pesqueira) • Expectativas de que a formação do reservatório beneficiará o repovoamento de peixes no rio 	

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Quadro 6.b. Outras demandas identificadas durante as atividades de DRP

Paranaíta	Alta Floresta	Jacareacanga
<ul style="list-style-type: none"> Diversificação do lazer - criação de um parque para visitação para trabalhar questões de educação ambiental Reeducação da população (2ª e 3ª idade) Programa de formação de pais e alunos com temas como: controle de natalidade, higiene, patrimônio cultural e ambiental Melhorias nas escolas (oferecimento de aulas de informática para todas as séries, melhoria da merenda escolar, atividades extracurriculares nas escolas, incentivo ao esporte e atividades culturais) Implantação de escolas de cursos técnicos profissionalizantes e implantação de cursos do sistema “S” (SEBRAE, SENAI, SENAC e SENAR) Oferecer extensão de faculdade em Paranaíta e oferecer cursos de ensino superior nas áreas de medicina veterinária, biologia e turismo Controle e prevenção contra roubos e assaltos Assistência social focada nos adolescentes para questões como prostituição infantil e drogas Regularização da posse de terra Aumentar o número de restaurantes, clubes, quadras e aproveitar o espaço já existente da piscina de Paranaíta Financiamento e incentivo para recuperação de APP's (federal, municipal, entidades bancárias) Homologação do aeroporto de Paranaíta Educação no trânsito e segurança do pedestre Abertura de agências bancárias Proteção dos animais abandonados Abertura de loteamento residencial e parques industriais Autorizar a exploração do ouro nas ilhas antes do alagamento através de cooperativa Reserva legal livre de imposto 	<ul style="list-style-type: none"> Programas de lazer orientados por profissionais da educação física, assistência social e saúde nos bairros Oficinas e cursos de arte e geração de renda nos bairros (trabalhos manuais, educação artística, música, dança, reaproveitamento de materiais da área de reservatório) Formação e capacitação de educadores para trabalhar com público idoso em parceria com secretarias da saúde, educação e esportes Aumento do número de vagas em cursos de especialização de meio ambiente Apoio financeiro em mestrado profissional em gestão ambiental Oferecer cursos para educação no trânsito Patrocinar e organizar atividades esportivas e de lazer, e identificar líderes comunitários para mobilização de atividades esportivas Formar e capacitar educadores na implantação de programas continuados para meio ambiente (usar CEFAPRO e universidades locais para esta formação) 	<ul style="list-style-type: none"> Esporte e lazer para os bairros São Francisco e Bela Vista. Incluir estudo de ciências, meio ambiente desde o 1º ano escolar Promover campanhas direcionadas ao público jovem contra gravidez precoce, DST e drogas Promover campanhas direcionadas ao público adulto e jovem contra o alcoolismo Promover a alfabetização dos pescadores Capacitar educadores para trabalhar com teatro e música.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Rio Tapajós. Disponível em - <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=1777>. Acessado em 13 de dezembro de 2011.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE, CONSÓRCIO LEME CONCREMAT - **Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica Teles Pires, 2010.**

JGP Consultoria e Participações Ltda. **Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Teles Pires - P.36 -** Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais.

JGP Consultoria e Participações Ltda. **Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Teles Pires - P.37 -** Programa de Apoio à Reinscrição e Fomento das Atividades Econômicas Locais.

JGP Consultoria e Participações Ltda. **Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Teles Pires - P.38 -** Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo.

JGP Consultoria e Participações Ltda. **Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Teles Pires - P.39 -** Plano de Desenvolvimento dos Territórios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta.

JGP Consultoria e Participações Ltda. **Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Teles Pires - P.40 -** Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População

JGP Consultoria e Participações Ltda. **Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Teles Pires - P.41 -** Programa de Interação e Comunicação Social.

JGP Consultoria e Participações Ltda. **Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Teles Pires - P.42 -** Programa de Educação Ambiental.

OLIVEIRA, E.M. O Que fazer Interdisciplinar. In: A Educação Ambiental uma possível abordagem. Brasília, Edições IBAMA, 2000.

P. 42 Programa de Educação Ambiental

ANEXOS

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Anexo 1 - Modelo dos Convites

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Anexo 2 - Fichas Relatório das Oficinas, Entrevistas e Reuniões de DRP

P. 42 Programa de Educação Ambiental

**Anexo 3 - Quadro Temático dos Pontos Positivos e Negativos do Município e/ou
Comunidade**

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Anexo 4 - Lista de Presença das Atividades de DRP

P. 42 Programa de Educação Ambiental

Anexo 5 - Registro Fotográfico
